

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	18
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	24
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	37
2.5 Medições não contábeis	38
2.6 Eventos subsequentes as DFs	39
2.7 Destinação de resultados	40
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	43
2.10 Planos de negócios	44
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	46
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	47
3.2 Acompanhamento das projeções	48

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	49
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	58
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	60
4.4 Processos não sigilosos relevantes	63
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	64
4.6 Processos sigilosos relevantes	65
4.7 Outras contingências relevantes	66
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	67
5.2 Descrição dos controles internos	72
5.3 Programa de integridade	75
5.4 Alterações significativas	78
5.5 Outras informações relevantes	79
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	80
6.3 Distribuição de capital	85
6.4 Participação em sociedades	86
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	87
6.6 Outras informações relevantes	88
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	89
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	90
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	91
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	92
7.4 Composição dos comitês	97
7.5 Relações familiares	98
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	99
7.7 Acordos/seguros de administradores	100
7.8 Outras informações relevantes	101
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	102

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	103
8.3 Remuneração variável	106
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	107
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	108
8.6 Outorga de opções de compra de ações	109
8.7 Opções em aberto	110
8.8 Opções exercidas e ações entregues	111
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	112
8.10 Outorga de ações	113
8.11 Ações entregues	114
8.12 Precificação das ações/opções	115
8.13 Participações detidas por órgão	116
8.14 Planos de previdência	117
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	118
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	119
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	120
8.18 Remuneração - Outras funções	121
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	122
8.20 Outras informações relevantes	123
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	124
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	126
9.4 Outras informações relevantes	127
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	128
10.1 Descrição dos recursos humanos	130
10.2 Alterações relevantes	131
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	132
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	133
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	134
10.5 Outras informações relevantes	135
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	136
11.2 Transações com partes relacionadas	138
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	140
11.3 Outras informações relevantes	142
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	143
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	144
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	145
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	146
12.5 Mercados de negociação no Brasil	147
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	148
12.7 Títulos emitidos no exterior	149
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	150
12.9 Outras informações relevantes	151
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	152
13.1 Declaração do diretor presidente	153
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	154
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	155

1.1 Histórico do emissor

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Atom Empreendimentos e Participações S.A. ("Atompar") é uma sociedade de capital aberto e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 00.359.742/0001-08, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0001901 1. Está sediada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Eulália Silva, 454 - Jardim Faculdade, Sorocaba - SP, CEP 18030-230.

A Atompar é uma holding de participações e atua no mercado através de sua controlada integral Atom Traders Publicações S.A. empresa de capital fechado, voltada a publicações de conteúdos educacionais no seguimento financeiro e desenvolvimento de atividades de tesouraria, esta, que por sua vez, é controladora da Atom Editora Ltda. voltada exclusivamente para publicação de materiais didáticos.

Dentre as atividades conforme o Estatuto da Companhia estão os objetos abaixo:

- a) Elaboração e edição de matérias e artigos profissionais, técnicos e científicos, para publicações em livros, jornais, revistas e internet;
- b) Atividades relacionadas a treinamentos e desenvolvimento de pessoas para realizar investimentos de proprietários;
- c) Investimentos em títulos da dívida pública e operações de day trade no mercado financeiro;
- d) Prestação de serviços de assessoria e elaboração de projetos na área financeira;
- e) Serviços de consultoria, planejamento, administração e gestão financeira e de negócios; informática; recursos humanos e correlatos;
- f) Serviços de consultoria em tecnologia da informação;
- g) Atividades de assessoria, consultoria e de gestão empresarial, em especial na aquisição e gestão de ativos, de liquidação de dívidas e de recuperação de créditos;
- h) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- i) Aquisição de bens e ativos mobiliários;
- j) Soluções integradas recuperação de créditos;
- k) Inteligência aplicada na área de recuperação de créditos e serviços de ativo e receptivo;
- l) Assessoria e gestão de negócios voltados para área de mercado de capitais;
- m) Participações em empresas de Prop Traders no Brasil e no Exterior, e, em outras empresas de qualquer atividade, na qualidade de sócio quotista ou acionista;
- n) Holding de instituições não financeiras.

O início

A Atom foi fundada por dois irmãos e sócios, Joaquim e Carol Paifer, ambos há mais de 16 anos no mercado financeiro, tendo iniciado o mercado como agentes autônomos de investimentos

1.1 Histórico do emissor

(AAI). Desde o início da trajetória de ambos, houve um desejo mútuo de ajudar as pessoas a conhecerem e fazerem parte deste mercado.

A ideia de montar uma mesa proprietária surgiu com base no modelo um modelo vencedor norte americano e que apresenta crescimento a cada ano, o que proporciona mais oportunidades e acesso ao mercado para traders e investidores pequenos.

Em 2014 surgiu a chance de comprar a empresa Inepar Telecom, pertencente ao Grupo Inepar, companhia listada na bolsa, cujas atividades estavam paralisadas desde o ano 2000. A ideia de adquirir uma Companhia de capital aberto era outro sonho dos fundadores, pois com isso eles tinham a oportunidade de se adequar a um modelo de governança, criar valor para os sócios e crescimento do negócio.

Os sócios, através da WHPH S.A., eram detentores de uma atividade proeminente e crescente no Brasil, as tesourarias independentes. Com o intuito de melhorar sua estrutura societária e dar mais agilidade e transparência na partnership, a companhia transferiu suas atividades para a Atom em março de 2017, após a companhia ter sido excluída do polo passivo de recuperação judicial do Grupo Inepar e conseqüentemente a extinção da recuperação judicial da companhia.

Em 2021, a WHPH e Exame, controlada pelo BTG Pactual, celebraram um acordo de compra e venda de uma fatia da Companhia Atom Empreendimentos e Participações S.A. A WHPH Participações e Empreendimentos, que detinha 69,56%, ficou com a fatia de 34,78% e a outra parte para Exame. O conjunto das operações dos negócios foram pensadas estrategicamente para (i) avançar nos objetivos de consolidação como uma instituição “top of mind” no Brasil em termos de cursos, publicações e materiais didáticos, (ii) fortalecimento da marca e (iii) aumento e diversificação das fontes de receitas por meio dos conglomerados dos negócios.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Educacional

A Companhia acredita que investir na educação e capacitação dos traders é o melhor caminho para a Atom crescer e se desenvolver no longo prazo, sempre investindo na melhoria do modelo educacional utilizado, atraindo assim, um número cada vez maior de traders.

Os fundadores da Atom, com mais de 16 anos de experiência no mercado, seguem convictos que a área educacional é a base para que todos os operadores obtenham bons resultados.

Além de manter seu trabalho na área educacional com material educacional do básico ao avançado voltado para operações em Bolsa de Valores, a Companhia tem em funcionamento seu programa educacional baseado na experiência e prática, com o objetivo de treinar traders experientes e novatos para que atinjam o seu melhor desempenho.

Mesa de trading

A mesa de operações da ATOM encerrou o ano de 2022 com uma equipe de 70 profissionais ativos, todos provenientes do processo seletivo da área educacional.

Na composição atual da mesa, dos profissionais ativos, alguns estão cadastrados desde o início do projeto da Atom, há mais de cinco anos.

Composição da mesa de traders

Acreditamos que o número de traders operando na mesa real da Companhia vem caindo ao longo do tempo pelos seguintes motivos:

- Fatores econômicos do país, alta taxa de juros (Selic), sinais de desaceleração e incertezas no cenário político.
- Corretoras com campanhas altamente agressivas desestimulam as pessoas a buscar trabalho em tesouraria;
- Traders que atingem um nível de performance satisfatório e não estão comprometidos com a Companhia acabam saindo após conquistar nível de consistência.

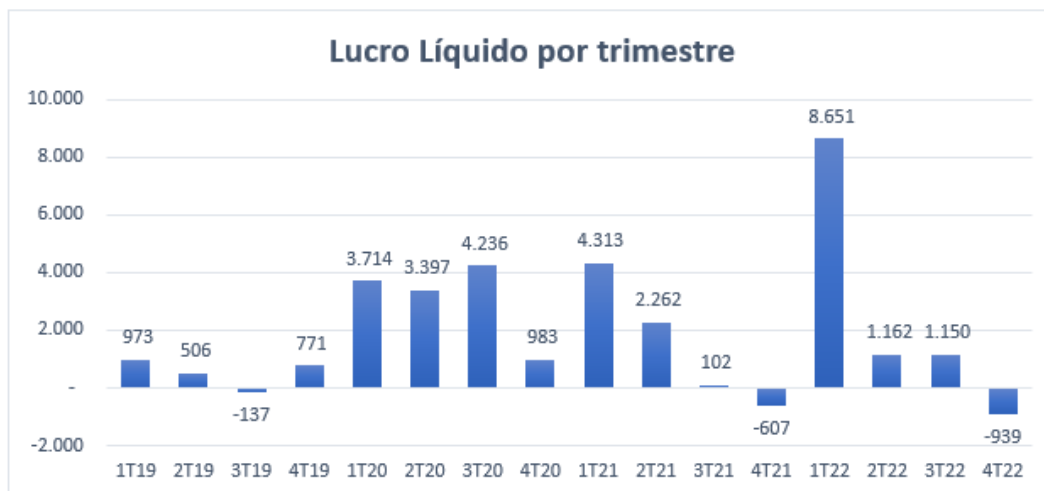
Para mitigar isso, a Companhia tem feito campanhas para demonstrar a importância do gerenciamento de risco que uma tesouraria profissional pode proporcionar.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 10 milhões em 2022, isso representa um aumento de 65% em relação ao mesmo período de 2021 que teve um lucro líquido de R\$ 6,1 milhões.



Cenário Econômico Atual

Acreditamos que desde 2020 tem se consolidado um ambiente favorável para a Companhia mediante ao seu posicionamento já descentralizado fisicamente e pelo fato de, desde a sua fundação, oferecer vendas online. Acreditamos que a pandemia ajudou a Companhia nas seguintes situações:

1 - A bolsa de valores brasileira atingiu a marca de 4,6 milhões de investidores pessoas físicas na última divulgação da B3 em 2022.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: b3

2 - A mudança da forma de trabalho para o home office fez as pessoas terem maior exposição a mídias e disposição a imersão em conteúdos digitais. Com isso aumentaram as visualizações e interesse nas campanhas da Companhia;

3 - Medo da perda de emprego tradicional e busca por especialização e novas fontes de rendimentos.

Acreditamos que esses três fatores tendem a permanecer nos próximos exercícios, porém, a Companhia ganhou notoriedade e tem se consolidado no segmento de publicadora financeira e na área de trading como uma das empresas mais respeitadas no setor.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a) produtos e serviços comercializados.

As receitas auferidas pela Companhia no exercício de 2022 são provenientes das áreas Educacional e de Tesouraria através da sua controlada Atom Traders Publicações S.A. e Atom Editora Ltda.

Educacional

A Companhia acredita que investir na educação e na capacitação dos traders é o melhor caminho para um crescimento sustentável de longo prazo. O investimento na melhoria do nosso modelo educacional, atrai um número cada vez maior de traders e pessoas que buscam se desenvolver e gerar uma nova renda.

Os fundadores da Atom, com mais de 16 anos de experiência no mercado, seguem convictos de que a área educacional é a base para que todos os operadores obtenham bons resultados.

Além de manter seu trabalho na área educacional com material didático do básico ao avançado voltado para operações em Bolsa de Valores, a Companhia tem em funcionamento seu programa educacional baseado na experiência, a Aceleradora de Traders, com o objetivo de treinar traders para que atinjam o seu melhor desempenho.

Tesouraria

Através da sua mesa de trading onde são realizadas operações de day trade no mercado futuro (contratos de índice, dólar, DI e ações).

A retenção e captação e seleção de traders para operar em sua mesa de trading é efetuado pela própria Companhia, onde é disponibilizado aos candidatos um processo de avaliação com metas e limites operacionais em ambiente simulado, e, quando atingidas as metas, estes candidatos são convidados a operar do mercado real, dividindo seus lucros com a Companhia.

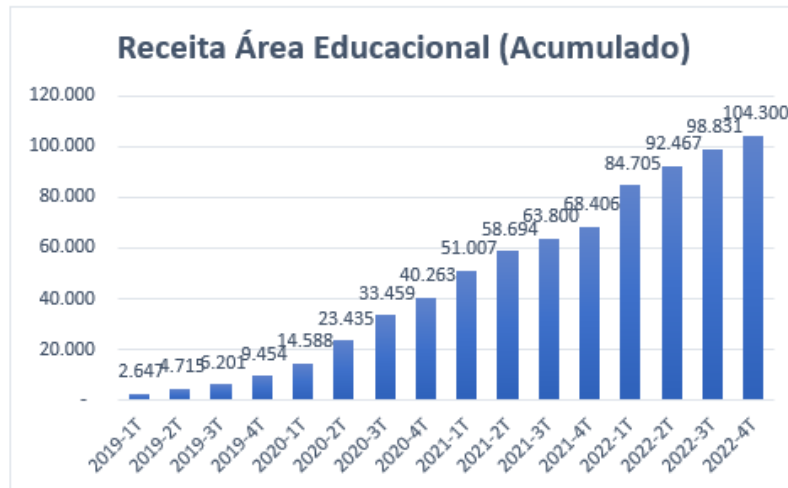
As receitas da área de tesouraria são variáveis mudando significativamente a cada trimestre, podendo inclusive apresentar resultados negativos.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

A principal fonte de receita da Companhia é a área de educacional. A Companhia concluiu em dezembro de 2022 o 67º mês operacional e reportou uma receita bruta de R\$ 35,9 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas) na área educacional.

As receitas de 2022 da área educacional foi aproximadamente 28% superior ao mesmo período do ano anterior (2021). Nos últimos anos as receitas da área educacional vêm apresentando a seguinte evolução:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



Em milhares de reais

O crescimento da área educacional é resultado do reconhecimento da metodologia dos materiais didáticos e resultados que têm apresentado. Os materiais vão além das operações de daytrade realizados pela Companhia e tem ajudado investidores a ter conhecimento para investimentos de longo prazo, operações estruturadas, arbitragens e outras áreas de desenvolvimento pessoal, como empreendedorismo, marketing digital, psicologia, etc.

c) **lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.**

Abaixo demonstramos os resultados financeiros apresentados nos 3 (três) últimos exercícios:

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro Líquido do Período	10.024	6.070	12.330

Em milhares de reais

Nós não divulgamos o lucro ou prejuízo líquido separadamente para cada um dos segmentos em que atuamos (Receita educacional e Trading), tendo em vista que o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social e as outras despesas operacionais não estão vinculadas a um segmento específico e são ainda controlados de forma consolidada.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever

a) características do processo de produção.

A companhia desenvolve atividades de produção e publicação de conteúdo, portanto, não há um processo de produção fabril definido em relação as atividades que desenvolve, além da criação, gravação e distribuição desses materiais.

Educacional

A Companhia desenvolve atividades de publicação de material educacional, e engloba treinamentos que podem ser realizados online ou presencial. Os cursos são ministrados pelos traders mais experientes da Companhia e por professores contratados, e os conteúdos educacionais são desenvolvidos baseados nas necessidades dos nossos alunos e/ou com base em deficiências encontradas no operacional da nossa mesa de trading ou do mercado como um todo.

Tesouraria

A maior parte das atividades de tesouraria são realizadas pelos traders da sua mesa de operações, onde se busca resultado financeiro à Companhia.

As atividades de tesouraria também podem ser realizadas pelos seus traders prestadores de serviços. A Companhia disponibiliza recursos, plataformas operacionais para que ele realize suas atividades, conforme parâmetros e riscos pré-determinados. Os resultados obtidos pelas operações são divididos conforme estipulado em contrato entre as partes.

O processo de seleção ocorre com a venda de simuladores e treinamento, obedecendo a padrões de desempenho e rentabilidade almejados pela Companhia.

b) características do processo de distribuição.

O processo de distribuição dos produtos oferecidos pela companhia é centralizado, ou seja, é efetuado pela companhia através de site próprio. Os cursos e treinamentos oferecidos são distribuídos através de plataforma própria (online), e os cursos e treinamentos presenciais são realizados em sua sede ou em escritórios de representação.

A mesa de operações da Companhia não necessita de um local físico para que as atividades sejam realizadas. As operações são realizadas por plataforma online, e é composta por traders que podem operar de qualquer lugar do país ou do mundo.

c) características dos mercados de atuação:

O mercado de atuação é altamente restrito a capital e conhecimento.

d) eventual sazonalidade.

Não há.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e) principais insumos e matérias primas

A companhia mantém ótima relação comercial com todos os fornecedores, os principais insumos são produzidos pela própria companhia que é capital humano e desenvolvimento educacional e capacitação nos mercados financeiros.

1.5 Principais clientes

1.5 – Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, não houve nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, não houve nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.**

Não se aplica à Companhia, pois a Companhia não desempenha atividades em segmentos regulados, ou ainda para as quais necessite de agências reguladoras e/ou autorizações governamentais.

b) **principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

Não se aplica à companhia, pois até o momento, tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais, tampouco incorre em custos relevantes para o cumprimento da regulamentação ambiental.

c) **dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de registros e pedidos de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relacionados às atividades principais, nas formas nominativas e mistas.

Ainda, a Companhia também é titular de nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, dentre os quais se destacam “atomp.com.br”, “atomeducacional.com.br” e “atomtraders.com.br”. Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimento do DNS - Domain Name System, de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

d) **contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não se aplica à Companhia, pois a Companhia nunca realizou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 – Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia é proveniente de clientes localizados no Brasil.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia é proveniente de clientes localizados no Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios da Companhia

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 - Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

No exercício social de 2022, a empresa não divulgou um relatório anual ou outro documento específico contendo informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). No entanto, a empresa tem como objetivo avançar no ano de 2023 no que diz respeito aos indicadores de ASG, levando em consideração a expectativa de crescimento da Companhia. Isso demonstra o compromisso em aprimorar a divulgação e o monitoramento dos impactos ambientais, sociais e de governança, alinhando-se às melhores práticas e às demandas do mercado.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

No exercício social de 2022, a empresa não implementou uma metodologia ou padrão específico a ser seguido para informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). Isso se deve ao fato de a empresa não ter divulgado um relatório anual ou outro documento específico para essas informações durante esse período. No entanto, é importante ressaltar que a empresa tem a intenção de avançar no ano de 2023 em relação aos indicadores de ASG, buscando adotar melhores práticas e padrões para a divulgação e monitoramento desses aspectos, em linha com as demandas do mercado e seu compromisso com a sustentabilidade corporativa.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa. Esta ação será endereçada conforme a companhia avançar na jornada ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG. Considerando que a companhia não possui fatores de risco relevantes, não impactando no que tange a fatores ambientais e sociais.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG. Considerando que a companhia não possui fatores de risco relevantes, não impactando no que tange a fatores ambientais e sociais.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

No exercício social de 2022, a companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG. Considerando que a companhia não possui fatores de risco relevantes, não impactando no que tange a questões climáticas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

No exercício social de 2022, a companhia não realizou inventários de emissão de gases do efeito estufa, pelo fato de não possuir impacto relevante no que diz respeito a emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

No exercício social de 2022 não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

Em março de 2021 a EXAME adquiriu da então controladora WHPH 7.269.616 (sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 34,78% do seu capital social. A WHPH continuou sendo titular de 7.269.616 (sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 34,78% do seu capital social.

A partir do conjunto da operação, a Companhia espera (i) avançar em seus objetivos de consolidação como uma instituição “top of mind” no Brasil em termos de cursos, publicações e materiais didáticos voltados para quem deseja investir no mercado financeiro; (ii) fortalecer sua marca, agora com o suporte da Exame, um dos mais renomados veículos brasileiros especializados em matérias financeiras e de negócios; e (iii) aumentar e diversificar suas fontes de receita por meio da parceria com o BTG Pactual, um dos principais conglomerados financeiros do País.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 8.833.947,08 (oito milhões, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oito centavos), mediante a capitalização da parcela da Reserva Estatutária de Lucros que excede o capital social, em cumprimento ao disposto no art. 199 da Lei das S.A., atribuindo-se 2.905.904 (dois milhões, novecentos e cinco mil, novecentas e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aos Acionistas, a título de bonificação, na proporção de 0,14 (catorze centésimos) de uma nova ação para cada 1 (uma) ação existente, passando o capital social de R\$ 5.080.323,75 (cinco milhões, oitenta mil, trezentos e vinte três reais e setenta e cinco centavos) para R\$13.914.279,83 (treze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos), representado por 23.804.898 (vinte e três milhões, oitocentas e quatro mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No âmbito da Operação de aquisição de 34,78% do capital social da Companhia ela EXAME em março de 2021, WHPH e Exame celebraram na presente data um Acordo de Acionistas vinculando a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da WHPH e da Exame (e que somadas representam 69,569% do seu capital social), o qual foi arquivado na sede da Companhia e cujo inteiro teor será disponibilizado na forma da regulamentação aplicável. Sob o referido Acordo de Acionistas, WHPH e Exame estabeleceram (i) regras para exercício do poder de controle, de forma compartilhada e sem a prevalência de qualquer das Partes, entre Exame e WHPH; e (ii) restrições à alienação de ações vinculadas ao acordo. O Acordo de Acionistas prevê que WHPH e Exame terão direitos de representação paritária no Conselho de Administração da Companhia e que a Exame terá o direito de indicar o Diretor Financeiro, cabendo à WHPH o direito de indicar os demais diretores, inclusive o Diretor Presidente. A Companhia convocará oportunamente uma Assembleia Geral para deliberar sobre a alteração do seu Estatuto Social com relação às competências e regras de funcionamento do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, para inclusão de arbitragem como mecanismo de solução de disputas, além de outros ajustes pontuais, de forma a refletir as regras de governança previstas no Acordo de Acionistas, ocasião na qual a Exame também pretende substituir 2 (dois) dos 4 (quatro) atuais membros do Conselho de Administração (todos indicados pela WHPH) por Conselheiros indicados pela Exame. A Operação não resulta na alienação do controle, direto ou indireto, da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Item não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia em 08 de setembro de 2022 por meio da ATOM TRADERS PUBLICAÇÕES S.A., assinou o contrato de licenciamento com a Sony Pictures Television UK Rights (“Sony”) para criação, produção, e distribuição do Shark Tank ESchool, composto de conteúdo educacional voltado para empreendedores inspirado no programa Shark Tank Brasil.

O Shark Tank Brasil é um programa televisivo cuja tradução literal seria: Tanque de tubarões. A proposta supera o entretenimento, pois possibilita aos participantes chances de concretização de negócios reais e oferece oportunidade para os empreendedores.

A partir do início dessa parceria, a Companhia espera (i) avançar em seus objetivos de consolidação como uma instituição “top of mind” no Brasil em termos de cursos, publicações e materiais didáticos seja para o mercado financeiro ou para quem busca especialização de carreira ou renda extra; (ii) fortalecer sua marca, devido a visibilidade da marca Shark Tank; e (iii) aumentar e diversificar suas fontes de receita, ampliando a atuação da área educacional no segmento de MBA, graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevante

Perfil do aluno e segmento de potencial crescimento

O perfil de nossos alunos é bastante diversificado, tendo em vista a pluralidade das áreas de conhecimento, os tipos de materiais didáticos, treinamentos e modalidades oferecidas. Pretendemos continuar a investir em estratégias para aumentar a nossa penetração nos segmentos que avaliarmos a serem mais atrativos.

Adicionalmente, existe espaço para o up-sell e cross-sell em nossa base atual de clientes, considerando nosso portfólio de ofertas e soluções, além da inclusão de novos serviços na Plataforma.

Instalações

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 1 unidade em locação. Nossa sede e unidade administrativa central (escritório corporativo) situa-se em Sorocaba, estado de São Paulo. Toda a rede de conteúdo tem infraestrutura adequada para a geração de conteúdo educacional de qualidade aos alunos.

A nossa unidade está instalada em imóvel locado de terceiro, para os quais temos contrato de locação de longo prazo, com aluguel fixo mensal. Acreditamos que a atual instalação é adequada às nossas necessidades e que poderemos renovar nosso contrato de locação e obter espaço adicional, caso preciso, em termos comercialmente razoáveis para atender futuras necessidades.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Qualificação e conhecimento dos fundadores para geração de conteúdo

Os fundadores da Atom, com mais de 16 anos de experiência no mercado financeiro, obtêm grande conhecimento e expertise, sendo capaz de aplicar todo esse know-how com grande capacidade, competência e de forma adequada aos propósitos da Companhia, gerando alto nível de engajamento em nossos produtos e consumo de serviços, produzindo conteúdos relevantes para os nossos usuários e nos oferece uma vantagem competitiva importante.

Modelo de gestão centralizado e padronizado com ganhos de escala

Possuímos elevado nível de centralização e padronização de nossos serviços e processos, o que nos permite alcançar ganhos de escala e continuar crescendo com aumento contínuo de eficiência. Todas as nossas atividades de atendimento e suporte (back-office) são centralizadas em uma estrutura corporativa. Adicionalmente, o nosso modelo educacional, é padronizado, sendo utilizado de forma consistente em todos os materiais didáticos e serviços prestados, o que possibilita a expansão de nossa operação com a manutenção da qualidade do ensino em todos os nossos produtos.

Nossos materiais didáticos seguem um modelo diferenciado, com os seguintes destaques

1.16 Outras informações relevantes

Apoio a Distância no Ensino: os conteúdos gerados para os alunos, além da carga horária a ser consumida, também obtém auxílio e mentoria à distância para melhor aprendizagem e complementação dos conteúdos. Nosso modelo de ensino permite aos alunos a flexibilidade de estudar nos horários e locais mais convenientes para eles, ao mesmo tempo em que representa uma importante alavanca de geração de valor para a Companhia. Adicionalmente, é em nossa plataforma que os alunos acessam os conteúdos e lives, onde ocorre o desenvolvimento de atividades mediadas para resolver situações práticas.

Utilização de ferramentas de tecnologia para suporte ao aluno: Possuímos uma plataforma digital completa, com diversos Talk shows, E-books, realities e treinamentos com acesso livre para os nossos alunos. Consolidamos todos esses conteúdos em nossa Plataforma digital “Atomplay” que é acessível por computadores ou smartphones, no qual o aluno pode navegar por todos os conteúdos disponibilizados.

Outro destaque é o nosso canal de atendimento, oferecendo mais autonomia ao aluno e maior agilidade no atendimento on-line, otimizando o tempo com diminuição nas filas de espera e aumentando o fluxo de chamados atendidos e solucionados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados.

As informações financeiras apresentadas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas notas explicativas, e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas revisadas trimestrais e as respectivas notas explicativas referente o mesmo período, disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.atompar.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2 foram expressas em moeda corrente nacional e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Atom Empreendimentos e Participações S.A. são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (padrão IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também com de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais são adequadas para que a Companhia implemente seus planos de negócios e cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

A Companhia ativou suas operações após mais de 16 anos inativa em 2017, quando a WHPH (então controladora) realizou a transferências de suas operações para a Atom.

Abaixo, apresentamos informações detalhadas e evolução da receita da Companhia (resultado consolidado da controladora e todas as controladas) total e dividida entre as áreas educacional e de tesouraria (ganho/perda de capital):

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2022	AV	2021	AV	AH
Receitas Educacionais	35.894	100,6%	28.143	97,8%	27,5%
Ganho/Perda de Capital	(228)	-0,6%	633	2,2%	-136,0%
Resultado Operacional	35.666	100,0%	28.776	100,0%	23,9%

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de educacional e operação no mercado financeiro. A Companhia concluiu em 2022 o 67º mês operacional e reportou uma

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receita bruta de R\$ 35,9 milhões na área educacional e R\$ 0,2 milhões em perdas de capital na área de tesouraria.

As receitas de 2022 da área educacional foi aproximadamente 28% superior ao mesmo período do ano anterior (2021) e o resultado da área de tesouraria foi aproximadamente 136% menor, resultado este que apresenta-se negativo em função de sua volatilidade.

Lembramos que a receita da área de tesouraria (ganho/perda de capital) é volátil e pode inclusive apresentar resultados negativos.

Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Ativo Circulante	34.337	26.033
Passivo Circulante	3.254	2.335
Índice de liquidez corrente	10,55	11,15
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	11.581	10.919
Ativo Total	35.041	26.735
Índice de endividamento	0,33	0,41
Lucro Líquido	10.024	6.070
Ativo Total	35.041	26.735
Retorno sobre os ativos	28,61	22,70
Lucro Líquido	10.024	6.070
Patrimônio Líquido	23.460	15.816
Retorno sobre o patrimônio líquido	42,73	38,38

Os índices de liquidez corrente e de endividamento são realizados a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo e possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

No comparativo entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 11,15x para 10,55x impactado pelo aumento do passivo na rubrica dos dividendos obrigatórios e fornecedores.

Em relação ao índice de endividamento mantiveram-se em torno de 0,3 e 0,5 nos últimos anos, demonstrando assim o baixo endividamento da Companhia, visto que a mesma não obtém passivos relevantes como empréstimo ou financiamento.

Nosso retorno sobre os ativos passou de 22,70% em 31 de dezembro de 2021 para 28,61% em 31 de dezembro de 2022, em função do aumento no resultado e caixa e equivalentes de caixa no exercício social findo em 2022 comparado com o exercício de 2021.

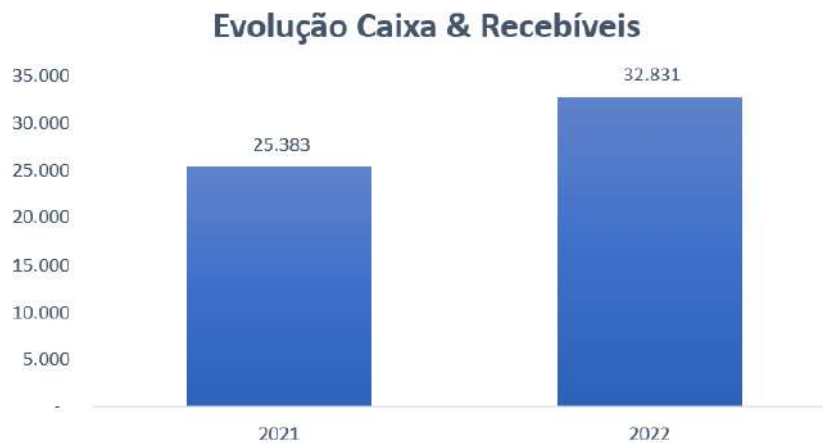
Por último, o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos 42,73% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 38,38% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento está relacionada ao aumento no lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, principalmente impactado pelo aumento na receita, sendo que as despesas administrativas e gerais incorridas no período se mantiveram em linha.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A companhia encerrou 31/12/2022 com uma posição saudável de ativos líquidos (caixa ou equivalentes e recebíveis) de aproximadamente R\$ 32,8 milhões contra R\$ 25,4 milhões em 2021.

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2022	AV	2021	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	23.650	72,0%	17.887	70,5%	32,2%
Contas a receber	9.181	28,0%	7.496	29,5%	22,5%
Total de caixa e recebíveis	32.831	100%	25.383	100%	29,3%

A Companhia possui hoje uma operação saudável, sem endividamento e é geradora de caixa. Esses recursos dão a companhia segurança para a continuidade do seu desenvolvimento.



Nos últimos anos vimos uma grande evolução no caixa e equivalentes de caixa juntamente com os títulos recebíveis da Companhia, mantendo-se sempre acima de R\$ 14 milhões em cada período sustentando a situação financeira favorável da Companhia. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, registrou R\$32,8 milhões em comparativo com R\$ 25,4 milhões no exercício encerrado em 2021, sustentando assim em linha o montante positivo em ambos os períodos.

b) estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia apresentou ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia e acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido teve aumento de 48,3% passando de R\$ 15,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 23,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, devido ao lucro do exercício.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital social	13.914	5.080
Reserva legal	1.421	920
Reserva de lucros	8.125	9.816
Patrimônio líquido	23.460	15.816

Além disso, de acordo com as disposições estatutária da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente, é feito as destinações da reserva legal, e destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. A Companhia destacou em 31 de dezembro de 2022, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 2.381, para 31 de dezembro de 2021 a Empresa apresentou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.442.

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	10.024	6.070
Reserva legal - (5%)	501	303
Base ajustada para cálculo dos dividendos	9.523	5.766
Dividendos obrigatórios - (25%)	2.381	1.442
Dividendos adicionais	-	-
Dividendos declarados	2.381	1.442

Em Assembleia realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 8.833.947,08 (oito milhões, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oito centavos, mediante a capitalização da parcela da Reserva Estatutária de Lucros que excede o capital social, em cumprimento ao disposto no art. 199 da Lei das S.A., atribuindo-se 2.905.904 (dois milhões, novecentos e cinco mil, novecentas e quatro) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, aos Acionistas, a título de bonificação, na proporção de 0,1390451617 de uma nova ação para cada 1 (uma) ação existente, passando o capital social de R\$ 5.080.323,75 (cinco milhões, oitenta mil, trezentos e vinte três reais e setenta e cinco centavos) para R\$13.914.279,83 (treze milhões, novecentos e catorze mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos), representado por 23.804.898 (vinte e três milhões, oitocentos e quatro mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores entendem que a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma situação de caixa e equivalentes de caixa confortável para cobrir os seus compromissos financeiros.

Conforme quadro acima com a evolução do caixa (item a), a Companhia é geradora de caixa desde que se tornou ativa, portanto, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se contratou financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores informam que as atividades da Companhia são financiadas principalmente por recursos próprios gerados em suas operações, sem necessidade de aderir à linhas de financiamento ou captação de recursos externos, tanto para capital de giro, quanto para investimentos em ativos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, sem a necessidade em contratar linhas de crédito ou contrair empréstimos.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, ou no caso de um cenário no qual a necessidade de recursos não possa ser suportada, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las captando recursos junto aos controladores da Companhia, mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

- (i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;
- (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- (iii) Grau de subordinação entre as dívidas.
- (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não se aplica à companhia, pois a Companhia não possuía empréstimos contraídos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica à Companhia, pois ela não possuía empréstimos contraídos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os Diretores da Companhia apresentam a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras.

COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2022	AV	2021	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	23.650	88,5%	17.887	66,9%	32,2%
Contas a receber	9.181	34,3%	7.496	28,0%	22,5%
Tributos a recuperar	175	0,7%	109	0,4%	60,6%
Despesas Antecipadas	1.331	5,0%	541	2,0%	146,0%
Total do ativo circulante	34.337	128,4%	26.033	97,4%	31,9%
Ativo não circulante					
Imobilizado	416	1,6%	279	1,0%	49,1%
Direitos de uso arrendamento	288	1,1%	423	1,6%	-31,9%
Total do ativo não circulante	704	2,6%	702	2,6%	0,3%
Total Ativo	35.041	131,1%	26.735	100,0%	31,1%
Passivo circulante					
Fornecedores	397	1,1%	91	0,3%	336,3%
Outras contas à pagar	36	0,1%	436	1,6%	-91,7%
Arrendamentos a pagar	132	0,4%	169	0,6%	-21,9%
Dividendos obrigatórios	2.391	6,8%	1.450	5,4%	64,9%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	298	0,9%	189	0,7%	57,7%
Total do passivo circulante	3.254	9,3%	2.335	8,7%	39,4%
Passivo não circulante					
Arrendamentos a pagar	173	0,5%	279	1,0%	-38,0%
Outras contas à pagar	79	0,2%	230	0,9%	-65,7%
Partes relacionadas	8.075	23,0%	8.075	30,2%	0,0%
Total do passivo não circulante	8.327	23,8%	8.584	32,1%	-3,0%
Patrimônio líquido					
Capital social	13.914	39,7%	5.080	19,0%	173,9%
Reserva legal	1.421	4,1%	920	3,4%	54,5%
Reserva de lucros	8.125	23,2%	9.816	36,7%	-17,2%
Total do patrimônio líquido	23.460	67,0%	15.816	59,2%	48,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	35.041	100,0%	26.735	100,0%	31,1%

Ativo Circulante: Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia totalizava R\$ 35,0 milhões em comparação com R\$ 26,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação de 31,1% na comparação entre os dois períodos. O saldo aumentou dentre os períodos, principalmente pelo recebimento dos saldos a receber do período e a entrada no caixa da Companhia.

Ativo Não Circulante: Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante da Companhia totalizava R\$ 704 mil em comparação com R\$ 702 mil em 31 de dezembro de 2021, uma variação de 2,6% na comparação entre os dois períodos. Os saldos se mantiveram em linha devido a redução do arrendamento e novas aquisições de ativos imobilizado no período.

Passivo Circulante: Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia totalizava R\$ 3,3 milhões em comparação com R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 39,4% na comparação entre os dois períodos. O aumento do passivo é devido aos dividendos obrigatórios do período, ou seja, no exercício encerrado em 2021 distribuimos os dividendos obrigatórios no montante de R\$ 1.442, sendo que no exercício encerrado em 2022 registramos dividendos de R\$ 2.391, portanto, impactando justamente na variação da conta e grupo apresentados.

Passivo Não Circulante: Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante da Companhia totalizava R\$ 8,3 milhões em comparação com R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação de -3,0% na comparação entre os dois períodos. A redução é referente ao arrendamento a pagar do período, no qual parte dos saldos apresentados em 2021 estavam em Longo Prazo e passou para o Curto Prazo no exercício encerrado em 2022.

Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido encerrou em R\$ 23,4 milhões, comparado ao patrimônio líquido de R\$ 15,8 milhões observado em 31 de dezembro de 2021. O aumento é impactado pela apuração do lucro do período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2022	AV	2021	AV	AH
Receita líquida	35.894	100,0%	28.143	100,0%	27,5%
Custo dos produtos vendidos	(909)	-2,5%	(176)	-0,6%	416,5%
(Despesas)/receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(25.560)	-71,2%	(22.483)	-79,9%	13,7%
Despesas tributárias	-	0,0%	-	0,0%	-
Venda de Investimentos	-	0,0%	154	0,5%	-
Dividendos	-	0,0%	-	0,0%	-
Resultado antes das receitas financeiras e impostos	9.425	26,3%	5.638	20,0%	67,2%
Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	(715)	-2,0%	(570)	-2,0%	25,4%
Receitas financeiras	2.267	6,3%	638	2,3%	255,3%
Ganho de capital	(228)	-0,6%	633	2,2%	-136,0%
Lucro antes da provisão para Imposto de Renda e Cor	10.749	29,9%	6.339	22,5%	69,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social IRPJ e CSLL Correntes	(725)	-2,0%	(269)	-1,0%	169,5%
Lucro líquido do exercício	10.024	27,9%	6.070	21,6%	65,1%

Receita Líquida: Em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida consolidada da Companhia encerrou em R\$ 35,8 milhões, frente aos R\$ 28,1 milhões apurados no ano anterior em 31 de dezembro de 2021. O aumento de 28% é explicado pelas estratégias e planos de ação efetuados pela Administração além da expansão no mercado digital.

Despesas Administrativas e Gerais: Em 31 de dezembro de 2022, as despesas administrativas e gerais totalizaram em R\$ 25,5 milhões, frente aos R\$ 22,6 milhões apurados no ano anterior em 31 de dezembro de 2021. O crescimento das despesas está relacionado à propaganda e publicidade que houve um aumento no custo por lead no período apurado, impactando diretamente em nossas campanhas.

Venda de Investimentos: Em 31 de dezembro de 2021, encerrou o período com saldo de R\$ 154 mil devido a venda da empresa Takion foi negociada em 25 de janeiro de 2021.

Despesas Financeiras: Em 31 de dezembro de 2022, as despesas financeiras totalizavam R\$ 715 mil em comparação com R\$ 570 mil em 31 de dezembro de 2021, uma variação de 25,4% na comparação entre os dois períodos. O aumento é referente a taxa de intermediação dos pagamentos, ou seja, a taxa cobrada pela plataforma que utilizamos para cobrança dos livros digitais, sendo assim, devido ao aumento da receita líquida, aumentou o saldo cobrado.

Receitas Financeiras: Em 31 de dezembro de 2022, as despesas financeiras totalizavam R\$ 2.267 mil em comparação com R\$ 638 mil em 31 de dezembro de 2021, uma variação de 255,3% na comparação entre os dois períodos. O montante é explicado principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras efetuadas no período, no qual gerou retorno positivo para Companhia devido ao aumento da Taxa Selic.

Ganho de capital: Em 31 de dezembro de 2022, as despesas financeiras totalizavam R\$ 228 mil em comparação com R\$ 633 milhões em 31 de dezembro de 2021. O resultado de ganhos em capital foi menor devido a uma volatilidade constante, diferente do ano anterior impactado pelo início da pandemia. Grande parte dos resultados vieram das operações de day-trade no mercado de ações e futuros e operações estruturadas de arbitragem. A Companhia não considera como resultado recorrente devido a variação e imprevisibilidade do mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Provisões para IR e CSL: Em 31 de dezembro de 2022, as provisões para IR e CSL atingiram R\$ 725 mil, reduzindo o saldo no comparativo com a provisão observada no ano anterior, quando atingiu R\$ 269 mil.

Lucro Líquido: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 10,0 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$ 6,0 milhões no ano anterior. O resultado reflete ao impactado do aumento da receita líquida e ao aumento do rendimento financeiro no período, no qual impacto diretamente em nosso resultado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados Operacional e Financeiro

a) resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Atualmente, as receitas são provenientes do segmento educacional e de operações de tesouraria.

A linha financeira vem dos resultados de operações de daytrade nos mercados futuros regulados da B3, operações estruturadas de compra e venda de recebíveis, títulos públicos, títulos privados, entre outros. Essa receita pode possuir alto grau de volatilidade porque depende do desempenho dos operacionais traders.

A Receita educacional, referentes publicações de materiais didáticos e treinamento de pessoas para trabalhar no mercado financeiro, obteve um ótimo resultado neste exercício corrente, e acreditamos que, por ser menos volátil é um foco da Companhia que vem se desenvolvendo.

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2022	AV	2021	AV	AH
Receitas Educacionais	35.894	100,6%	28.143	97,8%	27,5%
Ganho/Perda de Capital	(228)	-0,6%	633	2,2%	-136,0%
Resultado Operacional	35.666	100,0%	28.776	100,0%	23,9%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações não sofreram impactados relevantes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

Apesar de refletir os impactos conhecidos da pandemia a partir de 2020, com um aumento da receita por conta da busca por conteúdo online e novas fontes de renda, a Companhia entende haver incerteza em relação a eventuais impactos futuros que ainda possam advir aos negócios relacionados à pandemia, o que torna difícil e complexo quantificar a totalidade e tamanho dos impactos no desempenho operacional e financeiro da Companhia por conta da dependência de eventos futuros, como o tempo de manutenção das medidas de distanciamento social e a intensidade que essas decisões possam impactar o emprego e a demanda, e a magnitude e o impacto de eventuais medidas governamentais de estímulo à economia.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a cumprir todos os seus compromissos.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os diretores acreditam que a queda abrupta nas taxas de juros entre os anos de 2020 e 2019 proporcionaram uma corrida dos nossos clientes e alunos pelo entendimento e popularização do mercado de capitais, fazendo com que isso refletisse em nossa receita, pelo fato de a Companhia ter ganho notoriedade e ter se consolidado no segmento de publicadora financeira e na área de trading como uma das empresas mais respeitadas no setor.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Como grande parte da receita apurada pela Companhia é apurada proveniente da venda de materiais didáticos voltados ao mercado financeiro, a diretoria entende que possíveis impactos causados por uma variação na inflação do mercado brasileiro não seria materialmente relevante para os resultados da Companhia, dado a natureza do seu negócio ser basicamente digital.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas informações contábeis intermediárias financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente/IFRS 15

O resultado das operações é apurado em conformidade com regime contábil de competência de exercícios.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre serviços e vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos.

Em conformidade com o CPC 47/IFRS 15 (Contratos com cliente), que estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Referido normativo substituiu a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Portanto, a Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- As despesas incorridas ou a serem incorridas, referente a transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os usuários contêm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros/IFRS 9

A NBC TG 48/IFRS 9 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 (R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Quando aplicável, a Companhia classifica ativos e passivos financeiros conforme a NBC TG 48/IFRS 9 (Instrumentos financeiros) nas seguintes categorias: ao Valor Justo por meio do

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Resultado ("VJR"), ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A adoção da NBC TG 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

NBC TG 06 (R3) Arrendamento/IFRS 16

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os administradores da Companhia entendem que não houve alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve quaisquer ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E EM SEUS RESULTADOS

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, pois não houve introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram os eventos deste item nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.5 Medições não contábeis

2.5 CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA)

a) informar o valor das medições não contábeis

Informações Consolidadas (R\$mil)	2022	2021	Var. %
Caixa ou Equiv. e Recebíveis	32.831	25.383	29%
Receitas Educacionais	35.894	28.143	28%
Ganho/Perda de Capital	(228)	633	136%
Ebitda	9.626	5.798	66%
Ebitda Ajustado	9.398	6.431	46%
Margem Ebitda	26,82%	20,60%	30%
Margem Ebitda Ajustado	26,18%	22,85%	15%
Lucro Líquido	10.024	6.070	65%
Lucro por ação	0,4211	0,2905	45%
Valor patrimonial por ação	1,0268	0,7568	36%

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Informações Consolidadas (R\$mil)	2022	2021	Var. %
Lucro (Prejuízo) líquido	10.024	6.070	65%
(+) Imposto de renda e contribuição social	725	269	170%
(+) Resultado Financeiro	(1.324)	(701)	89%
(+) Depreciação	201	160	26%
EBITDA	9.626	5.798	66%
(+) Ganho (perda) de capital ¹	(228)	633	136%
EBITDA Ajustado	9.398	6.431	46%
Lucro Líquido	10.024	6.070	65%
Lucro por ação	0,4211	0,2905	45%
Valor patrimonial por ação	1,0268	0,7568	36%

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As apresentações demonstradas acima correspondem a melhor transparência e visualização dos resultados financeiros da Companhia, visto que a Companhia registra os resultados por meio das receitas educacionais e ganho/perda de capital através das operações da mesa de operações, portanto, é mais apropriado e compreensivo a exibição dos saldos para administração e os nossos acionistas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Em reunião do conselho de administração realizada em 2 de janeiro de 2023 foi aprovada a Proposta referente a aquisição de 100% do capital social da Follow Publicações Ltda (“Follow”) pela subsidiária integral do Grupo, Atom Traders Publicações S.A. (“Atom Traders”), além disso, a constituição de uma empresa a ser subsidiária integral da Atom Traders, com objeto social voltado a atividades educacionais, para execução do Shark Tank E-School.

Portanto, neste dia deliberaram por unanimidade de votos e sem ressalvas da aquisição do capital social da Follow pela Atom Traders com o objetivo de agregar no grupo uma empresa de análises de valores mobiliários, bem como a aprovação do voto a ser proferido em Assembleia Geral da Atom Traders, e encaminhamento de todas as demandas necessárias para essa aquisição e constituição de uma empresa a ser subsidiária integral da Atom Traders. O valor da operação é estimado em R\$ 10.

2.7 Destinação de resultados

2.7 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO

a) regras sobre retenção de lucros

Conforme as disposições estatutária da Companhia, no final de cada exercício social, os órgãos de administração farão encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o lucro do exercício, o lucro ou prejuízo acumulado, e evidenciar o estado do patrimônio da Sociedade, os quais serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com os demais demonstrativos.

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, seguindo-se as participações de empregados e/ou administradores propostos pelos órgãos de Administração, na forma do Artigo 190, e com as limitações previstas no artigo 152 e seus Parágrafos, ambos da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Do lucro líquido do exercício, definido no Artigo 191, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescida do montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

Dos lucros remanescentes será destinada:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório das ações ordinárias; e
- b) o remanescente será destinado a Reserva de Lucros Estatutária para Financiamento dos Negócios Sociais, cujo propósito será o reforço de caixa da Companhia para fins de expansão dos negócios e aplicação em suas atividades sociais, salvo se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral em cada caso.

b) regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com as disposições estatutária da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente, é feito as destinações da reserva legal, e destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. A Companhia destacou em 31 de dezembro de 2022, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 2.381, para 31 de dezembro de 2021 a Empresa apresentou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.442.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos exercícios sociais em que ocorreram distribuição de dividendos, eles foram distribuídos uma vez ao ano, após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral, mas conforme o Estatuto Social da Companhia, ela poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir, semestralmente ou em períodos menores, com base nos balanços levantados nesse período e observado o disposto na Lei nº 6.404/76, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta do lucro neles apurados.

2.7 Destinação de resultados

- d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

- e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não há uma política de destinação de resultados aprovada pela Companhia. A distribuição dos resultados segue as diretrizes do Estatuto Social e da legislação vigente.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

ii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos e serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iii. **contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iv. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.10 Planos de negócios

2.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS.

a) investimentos:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Até 31/12/2016, a Companhia estava com as atividades paralisadas e a retomada das atividades pelos novos controladores dependia definitivamente da liberação da condição de recuperanda. Com a saída definitiva da condição de recuperanda, que ocorreu em março de 2017, os novos controladores aportaram ativos na Companhia e retomaram as suas atividades operacionais.

A Companhia tem feito investimentos em automação e nos controles de risco das operações no mercado financeiro. Esses investimentos são necessários para que a companhia tenha crescimento sustentado e controlado. Esses investimentos são feitos à medida que a companhia cresce, sendo destinada uma parte do resultado líquido da área para isso, que fica entre 5% a 10%.

Para o ano de 2023, a Administração pretende manter-se atenta as oportunidades de mercado bem como os potenciais mudanças de ambiente favorável. Entendemos nesse momento haver mais riscos do que oportunidades, principalmente em função das distorções causadas pela pandemia do COVID-19.

A Companhia seguirá com seu plano de foco educacional e editorial, investindo em tecnologia e estudando potenciais sinergias com outros segmentos complementares.

Visando o planejamento estratégico para 2023, a Companhia almeja a expansão do time de profissionais, crescimento do setor e ampliação de novas frentes de negócios, com isso investiu durante o ano de 2021 e 2022 em uma nova estrutura para sua sede em Sorocaba/SP representando uma mudança de patamar da empresa.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as fontes de recursos para investimentos realizados pela Companhia foi a própria geração de caixa da companhia nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes e outros ativos que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv)

2.10 Planos de negócios

montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No momento não há nenhum plano relacionado à questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

A Diretoria da Companhia esclarece que, a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, desde o início da pandemia houve um aumento da demanda pelos materiais didáticos online, no entanto, não foram identificados efeitos negativos que possam impactar suas demonstrações contábeis, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 – Projeções

A divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

A Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Acompanhamento de projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos 3 exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4 – Descrições dos fatores de risco

Apresentamos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia acredita que possam influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira, patrimonial, reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados.

a. emissor

A companhia atualmente vem buscando crescer e gerar valor por meio de um programa de parceria de participações societárias em negócios do setor de educação. Em decorrência, está exposta aos seguintes riscos de sua atividade de investimento: (i) crescer de forma inadequada por meio de novas parcerias ou aquisições; (ii) pagar valor acima do preço justo, ter que aportar recursos adicionais ao negócio ou não obter o retorno esperado; (iii) enfrentar problemas nas negociações realizadas, como contingências não identificadas e riscos do negócio não antecipados; (iv) não gerar as sinergias esperadas; (v) sociedades investidas não gerarem o resultado/caixa esperado, já que não há intenção da Companhia em desinvestir.

É possível enfrentarmos, também, desafios na integração de novos negócios e empresas, o que pode resultar no desvio de nosso capital e na atenção de nossa administração de outros problemas e oportunidades de negócios. Podemos não conseguir criar e implementar controles, procedimentos e políticas uniformes e eficazes, e podemos incorrer em custos acrescidos para a integração de sistemas, pessoas, métodos de distribuição ou procedimentos operacionais.

As receitas da companhia dependem do amadurecimento e intenção das pessoas em buscar conhecimento no mercado financeiro. Apenas 2,7% da população investe no mercado financeiro. Outro fator de risco importante é sobre a performance dos traders que são seus prestadores de serviços. Entende-se que se essa performance não for satisfatória, a companhia pode, inclusive, ter resultados negativos. A receita também depende da capacidade da Companhia de desenvolver novos produtos e serviços voltados à área educacional.

Enfrentamos concorrência significativa e a possibilidade de novos competidores em cada produto ou serviço por nós oferecido e em cada região geográfica na qual atuamos. Se não formos capazes de competir de forma eficaz, poderemos perder market share e nossa lucratividade pode ser afetada negativamente.

Concorremos com plataformas e fornecedores de conteúdo educacional. Nossos concorrentes atuais, e potenciais novos competidores poderão passar a oferecer soluções educacionais semelhantes ou melhores do que as oferecidas por nós, ter acesso a mais recursos, ter mais prestígio ou cobrar preços menores. Para concorrer de forma eficaz, poderemos ser obrigados a reduzir os preços de nossos produtos e soluções educacionais ou aumentar nossas despesas operacionais para reter e/ou atrair novos clientes ou buscar novas oportunidades de mercado. Em consequência, nossas receitas e rentabilidade poderão diminuir. Não podemos garantir que conseguiremos concorrer com êxito contra nossos concorrentes atuais ou futuros. Caso não consigamos manter nossa posição competitiva ou por outra forma responder de forma eficaz a pressões competitivas, poderemos perder nossa participação de mercado, nossos lucros poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

Nossos negócios dependem do reconhecimento de nossas marcas e da eficiência de nossos programas de vendas, marketing e publicidade para captação de novos alunos e clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para mantermos e aumentarmos nossas receitas e margens, devemos continuar atraindo novos alunos e clientes por meio dos times de vendas, marketing, incluindo publicidade on-line, ferramentas de pesquisa de marketing e mídia social. Se não pudermos anunciar ou divulgar nossos produtos e serviços com sucesso, nossa capacidade de realizar a venda de materiais didáticos, ou atrair e matricular novos alunos e contratar novos clientes poderá ser prejudicada e, conseqüentemente, nosso desempenho financeiro será afetado. Entre os fatores que podem nos impedir de divulgar e anunciar nossos serviços e produtos com sucesso estão falhas em nossas ferramentas de marketing e/ou adequação de nossa estratégia para atingir potenciais alunos e clientes, além do aumento da concorrência nos segmentos em que atuamos.

A falha em manter e aprimorar o reconhecimento de nossas marcas pode ter um efeito adverso relevante em nossa imagem, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Nossa capacidade de atrair novos alunos e clientes e reter os existentes depende de nossos investimentos em qualidade, na melhoria da experiência do aluno, em nossas marcas, de nossos esforços de marketing e do sucesso de nossa equipe e do valor percebido de nossos serviços e produtos em comparação com nossos concorrentes. Se nossos alunos e clientes não conseguirem diferenciar nossas marcas e o conteúdo que oferecemos em relação a nossos concorrentes, isso poderá reduzir nossas vendas de serviços e produtos, gerando margens mais baixas ou um declínio na participação de mercado de nossas marcas, afetando nossos resultados.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a violação à propriedade intelectual de terceiros, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI, podem resultar em danos à nossa reputação e danos financeiros.

Nosso sucesso depende, em parte, de nossa capacidade de proteger e preservar nossos ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual previstos pelas leis brasileiras (incluindo marcas registradas).

Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual pode nos afetar significativamente. Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das nossas marcas registradas podem diminuir o valor das nossas marcas ou nossa reputação, de modo que poderemos sofrer impacto negativo em nossos resultados operacionais. Caso não logremos êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente nossos ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, nossa liquidez, nossa reputação e/ou nossos negócios futuros.

Ainda, incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de nossas informações e/ou das informações de nossos alunos ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode nos afetar material e adversamente.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados por nós violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à nova legislação, bem como pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e que entrarão em vigor, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial, invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para seus usuários. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter um ambiente seguro para os titulares de dados em virtude do investimento necessário para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais e de falhas que podem ocorrer em tais sistemas, nem que será capaz de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento conforme obrigações legais.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A partir de agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Qualquer mudança no tratamento fiscal aplicado às nossas atividades ou a perda ou redução de benefícios fiscais na venda de livros (incluindo livros digitais e e-readers) pode nos afetar materialmente de forma adversa.

Somos beneficiados pela Lei nº 10.865/04, alterada pela Lei nº 11.033/04, que estabelece que nossa alíquota sobre a venda de livros é zero em relação às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A venda de livros também é isenta dos impostos municipais pela Constituição Brasileira, do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Se o governo federal ou estadual brasileiro ou qualquer município ou autoridade fiscal brasileira decidir alterar ou rever o tratamento fiscal de nossas atividades, ou cancelar ou reduzir os benefícios fiscais aplicáveis à venda de nossos produtos (incluindo livros digitais e e-readers) e/ou contestar tal tratamento, e não pudermos repassar qualquer aumento de custo correspondente aos nossos clientes, nossos resultados operacionais poderão ser materialmente afetados de maneira adversa. As isenções fiscais disponíveis para livros físicos foram estendidas aos livros digitais, com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro emitida em 8 de março de 2017. Entretanto, não há garantias de que o Supremo Tribunal Federal não mudará sua posição no futuro no que diz respeito à tributação dos livros digitais, o que poderia ter um efeito material adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional.

Poderemos vir a ter dificuldades em acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas que vierem a ocorrer. O ensino pode ser afetado pelas rápidas alterações na tecnologia e pelas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos estudantes, bem como pelos padrões de mercado.

Nossos concorrentes podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferecemos e nosso sucesso ou a manutenção de nossa posição competitiva no mercado dependem de nossa capacidade e eficiência em aperfeiçoar nossos atuais produtos, bem como em desenvolver novos serviços.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso a inovações tecnológicas no ensino depende também do acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais com uso de tecnologia via internet não aumentar, ou se a velocidade da internet não for suficiente para o acesso às metodologias oferecidas, poderemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, além de fatores econômicos e de teor tecnológico, também poderão afetar a atratividade e utilidade de nossos cursos perante nosso público-alvo.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração, que inclusive conta com figuras conhecidas nos mercados de comunicação e educação financeira. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. Caso a Companhia venha a perder algum de seus profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação e pode ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio.

Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, marketing e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados.

A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia, seus administradores e colaboradores.

A Companhia, seus administradores e colaboradores poderão vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores, colaboradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Além disso, não é possível assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação dos Analistas e Profissionais e Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou o Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente a imagem e a reputação da Companhia, seus acionistas, administradores e colaboradores, perante clientes, fornecedores e investidores ou causar efeito adverso relevante em seus negócios.

Ausência de políticas e normas de controles internos e procedimentos de gestão de riscos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e normas de controles internos e procedimentos de gestão de riscos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraudes. A política de gerenciamento de riscos da Companhia e as estruturas de gerenciamento de riscos e controles internos, como o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna foram recentemente aprovadas e não estão plenamente funcionais, não sendo possível assegurar que a nova política e as novas estruturas terão desempenho adequado ou eficaz após sua implementação prática, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Como exemplo, nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências significativas nos seus controles internos. Para maiores informações, vide item 5.2.d deste Formulário de Referência.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia é controlada pela WPH Participações e Empreendimentos S.A. e Exame Ltda. As ações ordinárias detidas pelas controladoras representam a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, a controladora possa:

Eleger a maioria do Conselho de Administração da Companhia e destituir conselheiros;

Controlar a administração e políticas da Companhia e de suas controladas, inclusive a de distribuição de dividendos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

Determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões, a venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia ou de suas controladas; e

Agir de modo que o seu interesse não coincida com o dos outros acionistas da Companhia.

Caso surja um outro grupo de controle efetivo e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores atuais. Além disso, uma possível ausência de um grupo de controle efetivo poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de administradores da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Volatilidade e Liquidez do mercado de capitais

Investimentos em valores mobiliários no Brasil, como nas ações de emissão da Companhia, envolvem um grau de risco maior que investimentos em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, como alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que outros mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características de mercado podem restringir consideravelmente a capacidade dos titulares de ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações.

Emissão de ações

A Companhia poderá precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, mediante o atendimento a determinados requisitos, a captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode, conseqüentemente, resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

c. suas controladas e coligadas

Todos os fatores de riscos apresentados neste item 4.1 também são aplicáveis às controladas e coligadas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos uma companhia holding cujos resultados dependem dos resultados das nossas controladas, os quais não podemos assegurar que serão sempre positivos.

d. seus administradores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de seus acionistas minoritários

e. seus fornecedores

Não há fator de risco relevante.

f. seus clientes

Os clientes dos produtos e serviços educacionais poderão ser impactados em caso de perda de capacidade de criação de novos produtos e serviços pela Companhia.

Parte de nossa receita depende da venda de conteúdo educacional, produtos e serviços para nossos clientes, portanto, eventuais problemas de relacionamento com esses clientes poderão afetar adversamente nosso resultado operacional e financeiro e nosso fluxo de caixa.

Como a Companhia está inserida no mercado financeiro, também há risco aos clientes e traders por conta de um provável problema político-econômico no país, o que ocasionaria diminuição de liquidez dos mercados de ações ou mercados futuros, impossibilitando as operações financeiras.

Se não tivermos capacidade de captar e reter alunos, nossas receitas poderão ser reduzidas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de alunos matriculados em nossos cursos e venda de materiais didáticos. Nossa capacidade de atrair e reter alunos depende essencialmente do valor cobrado e da qualidade de nossos cursos e materiais educacionais, conforme percebida por nossos atuais e potenciais alunos. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder ao crescimento de nossos concorrentes, tendo em vista os projetos de expansão a ser implementados por nós e outros concorrentes; (ii) desenvolver nossos conteúdos a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências do mercado e dos alunos; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino, materiais educacionais e sistemas; e (v) oferecer com eficiência nossos cursos e soluções educacionais para uma base mais ampla de potenciais alunos.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Não há fator de risco relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Por ser uma Companhia de Capital Aberto, estamos sujeitos à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários, e, conseqüentemente, podemos sofrer sanções administrativas em decorrência do descumprimento de quaisquer exigências regulatórias.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois estamos sujeitos unicamente à regulação brasileira em nossas atividades.

j. questões sociais

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões sociais.

k. questões ambientais

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões socioambientais.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões climáticas.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

A seguir listamos os principais fatores de risco enfrentados pela Companhia já descritos anteriormente:

Enfrentamos concorrência significativa e a possibilidade de novos competidores em cada produto ou serviço por nós oferecido e em cada região geográfica na qual atuamos. Se não formos capazes de competir de forma eficaz, poderemos perder market share e nossa lucratividade pode ser afetada negativamente.

Concorremos com plataformas e fornecedores de conteúdo educacional. Nossos concorrentes atuais, e potenciais novos competidores poderão passar a oferecer soluções educacionais semelhantes ou melhores do que as oferecidas por nós, ter acesso a mais recursos, ter mais prestígio ou cobrar preços menores. Para concorrer de forma eficaz, poderemos ser obrigados a reduzir os preços de nossos produtos e soluções educacionais ou aumentar nossas despesas operacionais para reter e/ou atrair novos clientes ou buscar novas oportunidades de mercado. Em consequência, nossas receitas e rentabilidade poderão diminuir. Não podemos garantir que conseguiremos concorrer com êxito contra nossos concorrentes atuais ou futuros. Caso não consigamos manter nossa posição competitiva ou por outra forma responder de forma eficaz a pressões competitivas, poderemos perder nossa participação de mercado, nossos lucros poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

Qualquer mudança no tratamento fiscal aplicado às nossas atividades ou a perda ou redução de benefícios fiscais na venda de livros (incluindo livros digitais e e-readers) pode nos afetar materialmente de forma adversa.

Somos beneficiados pela Lei nº 10.865/04, alterada pela Lei nº 11.033/04, que estabelece que nossa alíquota sobre a venda de livros é zero em relação às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A venda de livros também é isenta dos impostos municipais pela Constituição Brasileira, do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Se o governo federal ou estadual brasileiro ou qualquer município ou autoridade fiscal brasileira decidir alterar ou rever o tratamento fiscal de nossas atividades, ou cancelar ou reduzir os benefícios fiscais aplicáveis à venda de nossos produtos (incluindo livros digitais e e-readers) e/ou contestar tal tratamento, e não pudermos repassar qualquer aumento de custo correspondente aos nossos clientes, nossos resultados operacionais poderão ser materialmente afetados de maneira adversa. As isenções fiscais disponíveis para livros físicos foram estendidas aos livros digitais, com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro emitida em 8 de março de 2017. Entretanto, não há garantias de que o Supremo Tribunal Federal não mudará sua posição no futuro no que diz respeito à tributação dos livros digitais, o que poderia ter um efeito material adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração, que inclusive conta com figuras conhecidas nos mercados de comunicação e educação financeira. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. Caso a Companhia venha a perder algum de seus profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação e pode ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio.

Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, marketing e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados.

A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia, seus administradores e colaboradores.

A Companhia, seus administradores e colaboradores poderão vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores, colaboradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Além disso, não é possível assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação dos Analistas e Profissionais e Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou o Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente a imagem e a reputação da Companhia, seus acionistas, administradores e colaboradores, perante clientes, fornecedores e investidores ou causar efeito adverso relevante em seus negócios.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia está sujeita a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a variações e flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que as operações em mercado futuro do dólar da Companhia incorram em perdas não esperadas. A falta de liquidez neste mercado também pode afetar as receitas da Companhia, pois grande parte das operações realizadas são operações de daytrade que dependem da liquidez e quantidade de players no mercado.

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente, por conta das operações realizadas no mercado futuro de juros.

Principais riscos relacionados a fatores macroeconômicos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Índices de ações norte americanos. A perspectiva de crescimento dos Estados Unidos permanece baixa, considerando determinados requisitos de poupança, política fiscal mais firme e as baixas taxas de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de sua emissão.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Um possível aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo de possíveis empréstimos da Companhia, reduzir a demanda por seus produtos ou ter um impacto significativo sobre suas despesas financeiras e resultados operacionais, podendo refletir-se nos preços de mercado das ações de sua emissão.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre os resultados da Companhia, pois seu endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias também poderão dificultar a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem prejudicar ou afetar negativamente seus negócios.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como as companhias podem ser impactadas pelas mudanças das variáveis do mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão da subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, o cenário provável (cenário base) e mais dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (expectativa de crescimento da CDI, tendo como base a expectativa de crescimento da SELIC, conforme relatório focus para 2023 divulgado pelo Bacen).

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado					
Operação	Risco	Saldo exposto em 31/12/22	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aplicações Financeiros e títulos e valores mobiliários	Alta CDI	23.650.175	2.365.018	2.956.272	4.434.408

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Atom Traders foi incluída em um PAS (Processo Sancionador Administrativo) que trata sobre intermediação de recursos de terceiros sem autorização. O referido PAS foi originado através de um entendimento pelo órgão regulador, CVM (Comissão de Valores Mobiliários), sendo que a Atom não atua e nunca atuou em equivalência a uma corretora de valores mobiliários ou similares no mercado financeiro.

O modelo de negócios da Atom Traders é de simples compartilhamento dos ganhos de operações realizadas na B3, o que não configura captação de recursos dos traders, pois os riscos das operações são assumidos pela Atom, que é a verdadeira contraparte das operações cursadas na B3.

Adicionalmente, o resultado auferido por nossa mesa proprietária em relação aos ganhos e perdas de capital conforme demonstrado em nossa DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) é de aproximadamente 2% do nosso resultado financeiro e imaterial em relação ao resultado operacional da Companhia.

a. juízo	Comissão de Valores Mobiliários
b. instância	N/A
c. data de instauração	25.01.2023
d. partes no processo	CMV (Polo ativo) e ATOM Empreendimentos e Participações S.A., ATOM Traders Publicações S.A., WHPH Participações e Empreendimentos S.A., e Paiffer Management Ltda. (Polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não mensurado.
f. principais fatos	Intermediação de recursos de terceiros sem autorização.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Processo em curso.
h. estágio do processo	Aguardando a apreciação da contestação feita por parte do grupo Atom.
i. a chance de perda é:	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado pela Companhia relevante devido ao órgão regulador, CVM, estar tratando a Companhia como Intermediadora de recursos de terceiros, sendo que a Atom não atua e nunca atuou em equivalência a uma corretora de valores mobiliários.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto de eventual perda no processo está atrelado a reestruturação da mesa proprietária, sendo que não há alto impacto operacional e financeiro para Companhia visto que representa menos de 2% do nosso resultado, além disso, aplicável a uma multa por parte do órgão regulador, entretanto, à quantificação do valor de eventual perda não ser mensurável e a probabilidade de perda reportada ser possível.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Os assessores legais do Grupo estão conduzindo os esclarecimentos necessários para que o processo tenha resultado favorável, não sendo constituída nenhuma provisão nas demonstrações financeiras devido à quantificação do valor de eventual perda não ser mensurável e a probabilidade de perda reportada ser possível.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, dado que, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, que estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não aplicável, dado que, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, que apresente contingências relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17/07/2020 e divulgada ao público, política pode ser consultada no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia.

O procedimento adotado pela equipe, e especificado nas Políticas de Gerenciamento de Riscos, Negociação de Valores Mobiliários e Transações entre partes relacionadas criadas, é no modelo de 3 linhas: prevenção, detecção e resposta.

O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a implantar o processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Os principais fatores de riscos a que a Companhia está exposta, monitora e busca proteção, em linha com a Política de Riscos, são aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência. Esses fatores de risco são categorizados pela Companhia, nos termos de sua Política de Riscos, da seguinte forma:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração, dentre os quais se destacam:

- a) Riscos de mercado e grandes oscilações nos mercados financeiros, que pode atingir diretamente o resultado da Companhia, e/ou os resultados individuais dos traders da mesa;
- b) Riscos associados às nossas decisões estratégicas para fins de atingimento dos nossos objetivos, da estratégia de expansão e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças no setor de trading, publicações e educação.
- c) Riscos operacionais, definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados.
- d) Riscos regulatórios, definidos como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados no cumprimento da regulação do mercado de capitais.
- e) Riscos a imagem, definidos como a possibilidade de ocorrência de danos à imagem por qualquer má prestação de serviço, má conduta, associação indevida da imagem a qualquer situação que não corresponda aos princípios éticos presados pela companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A área de compliance e controles internos baseada na metodologia de 3 linhas de defesa

Os processos operacionais possuem como responsáveis diretos as pessoas/órgãos que devem executá-los em conformidade com as normas da Companhia (1ª linha de defesa).

A área de Compliance (2ª Linha) é responsável pelo apoio e monitoramento da 1ª Linha, proposição de plano de ação nos casos de identificação de irregularidades e reporte ao comitê

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

executivo.

A 3ª Linha é realizada por auditoria interna, que pode até ser terceirizada, para avaliação independente da eficácia do sistema, recomendações de melhoria e correção de eventuais falhas.

Nesse sentido, a área de Compliance e Controles Internos possui as seguintes funções:

- Coordenação de canal de denúncias;
- Discussão do grau de exposição e evolução dos riscos de compliance;
- Gestão do risco de não conformidade e abordagem baseada em risco;
- Conscientização da organização sobre a aderência aos princípios éticos, normas de conduta e obrigações aplicáveis, liderando o processo de disseminação da cultura de compliance;
- Execução de monitoramento integrado das atividades de compliance, incluindo a verificação de cumprimento pelos colaboradores dos manuais e códigos da Companhia;
- Colaboração na elaboração de um plano de treinamento para todos os colaboradores e partes interessadas;
- Coordenação das iniciativas de comunicação voltadas para disseminar o tema pela organização;
- Coordenação da realização de controles e testes para verificar a aderência às políticas e aos procedimentos da organização;
- Execução das atividades de prevenção, detecção e resposta da função de compliance;
- Colaboração no processo de investigação de irregularidades, com amplo acesso a documentos e informações de diferentes áreas da organização, de acordo com a política aprovada pelo conselho de administração;
- Sugestão de aplicação de sanções previstas em política de consequências;
- Garantia que sanções determinadas sejam aplicadas.

A área de Compliance é independente das outras áreas da Companhia e poderá exercer seus poderes em relação a qualquer Colaborador.

Nesse contexto de independência, destacam-se a não vinculação da gerência de Compliance às demais áreas da Companhia, remuneração independentemente dos resultados e poder de veto relativo à deliberação de qualquer colaborador que seja tomada em não conformidade às regras aplicadas às atividades da Companhia.

Nas operações realizadas em nossa mesa de negociações, a companhia não faz uso de derivativos ou qualquer outro instrumento financeiro como forma de proteção das suas operações de day trade.

Os principais riscos são monitorados periodicamente, buscando a efetividade dos controles de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, a Companhia:

- (a) possui uma área própria para gerenciamento de risco de suas operações financeiras, que utiliza plataforma eletrônica apta a realizar encerramento automático de operações com perdas acima dos limites estabelecidos, protegendo o capital da Companhia e o do trader em caso de possíveis grandes oscilações no mercado. Os sistemas de risco proprietário possuem parâmetros de riscos pré-determinados, e um gerente de risco que acompanha o sistema. Os sistemas de risco são interligados a corretoras de valores que atuam como backup para eventuais falhas;
- (b) efetua constante realização de mentorias voltadas aos seus operadores de day trade como forma de alinhar e alertar sobre as operações ou alertar sobre possíveis variações no mercado;
- (c) efetua constante realização de mentorias voltadas aos seus operadores de day trade como forma de alinhar e alertar sobre as operações ou alertar sobre possíveis variações no mercado;
- (d) está constantemente monitorando o mercado qual está inserido e os concorrentes, bem como acompanhando as mudanças e inovações do setor de trading e o educacional, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- influenciar nossas atividades;
- (e) acompanha mudanças na legislação federal e regulamentação governamental, para identificar mudanças as quais trazem impactos na nossa operação.

A área de Compliance é independente e não é vinculada às demais áreas da Companhia, e sua remuneração é independente dos resultados e poder de veto relativo à deliberação de qualquer colaborador que seja tomada em não conformidade às regras aplicadas às atividades da Companhia.

Devido a sua independência o setor de Compliance tem autonomia para exercer seus poderes e competências perante todas as áreas da companhia, incluindo perante a diretoria.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área controle a qual se reporta ao Conselho de Administração e tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação, realizada sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

Os principais departamentos que compõem a estrutura organizacional da Companhia voltada a seu gerenciamento de riscos são: (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; (iii) Área de Compliance; (iv) Área de Auditoria Interna / Controle de Riscos (entendidas como o conjunto de coordenadores que compõem o dia a dia operacional da Companhia conforme definido na Política).

As principais atribuições e responsabilidades dos órgãos que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são abaixo indicadas:

Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer tanto o nível de apetência de risco quanto o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar todo o portfólio dos riscos assumidos pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua os mecanismos e os controles adequados para conhecer, avaliar e mitigar riscos para mantê-los sempre nos níveis compatíveis com os limites prefixados;

Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Assegurar a execução e a implementação das estratégias e diretrizes da Companhia, aprovadas pelo Conselho, e propor sua revisão ou atualização, sempre e quando necessário, em resposta à alteração do índice de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida;
- Atuar na prevenção de riscos e mitigar possíveis danos e prejuízos;
- Considerar, ao menos anualmente, sobre a eficácia do Programa de Gerenciamento de Riscos, os processos de controles internos e as políticas de compliance e ainda prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sobre o seu resultado; e
- Acompanhar o trabalho e os reportes da área de Compliance.

Área de Compliance / Auditoria Interna

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a área de compliance é responsável por:

- Assegurar a integral conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis à Companhia, bem como a observância de suas políticas internas;
- Desenvolver e implementar processos de controles internos a fim de padronizar as orientações destinadas às diferentes áreas da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Manter os mecanismos e as estruturas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado e que permitam a adequada identificação, análise e o monitoramento de riscos;
- Monitorar potenciais casos de conflitos de interesses entre as diversas áreas da Companhia e recomendar a segregação de funções ou revisão de atribuições almejando a mitigação de riscos;
- Redigir programas de integridade e processos de compliance para a subsequente implementação de ações voltadas à garantia de cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis;
- Elaborar relatórios e indicadores periódicos para a Diretoria sobre o índice de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida;
- Elaborar planos de ação para a identificação de riscos de acordo com as recomendações do Comitê de Auditoria, assim como suportar as Áreas de Controle de Riscos no processo de identificação, monitoramento e tratamento de riscos; e
- Apoiar a Diretoria na execução e no acompanhamento dos planos de ação e auxiliá-la na interface com as demais áreas da Companhia.
- Monitorar e avaliar, de forma independente e imparcial, a qualidade e efetividade do Programa e os processos de controles internos da Companhia, e recomendar melhorias;
- Verificar a conformidade do Programa de gerenciamento de riscos com esta e outras políticas adotadas pela Companhia;
- Recomendar a adoção de planos de ação e acompanhar e auditar sua implementação e efetividade;

Áreas de Controle de Riscos

No contexto do Gerenciamento de Riscos, se implantado, as Áreas de Controle de Riscos serão responsáveis por:

- Identificar e monitorar os riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, atuando como primeira linha de defesa no âmbito do programa de gerenciamento de risco da Companhia;
- Realizar reportes adequados à área de Compliance e/ou à Auditoria Interna, fornecendo informações precisas, íntegras e suficientes aos órgãos envolvidos no processo de gerenciamento de risco da Companhia, inclusive com relação à comunicação de eventos de risco que apresentem uma tendência de ocorrência e/ou extrapolação de limites;
- Executar planos de ação em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, conforme venham a ser definidos pela área de Compliance.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Prevenir, detectar e propor penalizações a riscos de compliance (não conformidade) constituem a função principal do sistema de compliance da Companhia.

A prevenção é realizada através da (i) abordagem baseada em risco, e de (ii) elaboração de inventário regulatório, cujo objetivo é mapear as regras que a Companhia está suscetível e quais áreas possuem mais riscos.

A detecção é realizada pelas seguintes estruturas:

- Modelo de três linhas de defesa, conforme citada em tópico anterior. Os gestores operacionais, responsáveis pelas áreas de negócios, constituem a primeira linha de defesa. O Compliance e Gestão de Riscos formam a segunda linha de defesa, enquanto a auditoria interna representa a terceira linha e revisa todo o processo.
- Monitoramento, o qual envolve a avaliação da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos instituídos, buscando a identificação e a análise de desvios. Se encontradas deficiências no sistema nessa fase, o plano de remediação de ser redefinido pelo Compliance e Gestão de Risco com (i) ações concretas para correções e melhorias necessárias para evitar a repetição dos problemas e tornar as políticas e os controles mais efetivos, (ii) responsáveis pela implementação, e (iii) prazos estimados para conclusão da ação concreta.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Canal de denúncia apto e estruturado para o público interno e externo à organização, para receber as informações e encaminhá-la aos fluxos devidos do sistema de compliance. Caso detectado indício de irregularidade, o sistema de compliance proverá resposta, através das seguintes etapas:
- Investigação, conduzida por equipe independente e habilitada, sob liderança do Comitê Executivo
- Medidas Disciplinares, que podem envolver, a depender do grau da irregularidade, afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência; (ii) ações de aprimoramento, para evitar a reincidência do problema e ocorrência de novos incidentes; (iii) cessação completa das atividades objeto da investigação; (iv) comunicação espontânea dos fatos às autoridades; e (v) coleta de dados e informações para subsidiar uma colaboração com a administração pública.
- Reporte com periodicidade anual ao Conselho de Administração ou na ocorrência de detecção de indícios de irregularidades, realizado pelo Compliance.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A área de Controladoria e Compliance da Companhia deve contemplar entre outros aspectos os seguintes:

- Desenvolvimento de políticas e manuais de controles internos.
- Definição de políticas e alçadas para decisão e uso de recursos.
- Segregação de funções incompatíveis.
- Conciliação de saldos (bancários, contas a receber, fornecedores, tributos, etc.).
- Conferências cruzadas de informações.
- Separação das operações das empresas controladas e coligadas.
- Controle individualizado do imobilizado e da sua depreciação.
- Controle individualizado de intangíveis e de suas amortizações.
- Controle individualizado do Contas a Receber (Clientes).

Os Diretores possuem planilhas de gerenciamento de dados sobre as receitas, despesas e investimentos e conta com as conciliações das movimentações feitas pelos contadores e auditor externo para confirmar os controles.

Os Administradores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira. Ainda, os Administradores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

b) estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é a principal área responsável pelas atribuições, estabelece políticas e diretrizes gerais para Companhia, competindo-lhe ainda avaliar periodicamente a eficácia dos controles internos da Companhia, inclusive para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis confiáveis.

Destaca-se também o papel central da Área de Compliance nesse processo, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a manutenção dos sistemas e controles internos da Companhia, a padronização de procedimentos e orientações.

A Auditoria Interna, por sua vez, também deve avaliar e testar, de modo independente e imparcial, a conformidade do processo de gerenciamento de riscos e a qualidade e efetividade dos controles, assim como recomendar planos de ação e melhorias, acompanhamento e auditando a efetividade de tais tratamentos propostos. Ademais, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna pode encaminhar a Diretoria relatórios e informações com o intuito de subsidiar a atuação destes no acompanhamento do gerenciamento de riscos e do sistema de controles internos da Companhia.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, que no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

5.2 Descrição dos controles internos

demonstrações contábeis, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

- c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados por meio de relatório ao Presidente do Conselho de Administração e aos Diretores.

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro do exercício da atividade de auditoria independente**

Os Diretores entendem que os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 foram identificadas as seguintes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia:

Falta de revisão do Budget

Recomendações

Recomendamos que seja revisado o Budget periodicamente, seguindo o plano inicial do Grupo.

Falta de ajuste no corte de reconhecimento da receita no exercício de 2021

Recomendações

Realizar o ajuste das receitas de 2021 que foram reconhecidas em 2022 e implantar uma análise de corte para evitar que as receitas sejam reconhecidas fora do período de competência.

Implantação de ERP

Recomendações

Recomendamos que a administração implante sistema ERP, interligando os principais ciclos contábeis da Companhia, de modo a parametrizar lançamentos contábeis automáticos.

Plano de identificação, proteção, monitoramento e contingência de ativos de informação quanto à segurança e privacidade de dados

Recomendações

São recomendados os seguintes pontos de reflexão:

1. Adotar práticas e padrões desenvolvidos pelo Grupo ou oriundos de frameworks de mercado (ISO 27.001 e NIST) relativos à segurança da informação e cibersegurança e privacidade, incluindo testes de penetração (pentest).

5.2 Descrição dos controles internos

2. Atribuir equipe estratégica e operacional com competência adequada para identificação, endereçamento e monitoramento de riscos relacionados à segurança da informação/cibersegurança e privacidade.

Ausência de controle que vise garantir que os prestadores de serviço possuem adequada governança dos controles internos

Recomendações

Recomendamos que o Grupo estabeleça procedimentos de revisão periódica sobre os principais controles de Tecnologia da Informação que estão sob a responsabilidade do terceiro, considerando controles de gestão e mudanças em sistemas e acessos a programados e dados.

Ausência de treinamento e conscientização sobre os riscos de segurança cibernética

Recomendações

Recomendamos que seja implementado um programa de treinamento e conscientização sobre segurança cibernética, esclarecendo e informando sobre os métodos comumente utilizados para ataques e intrusões que podem ser prevenidos por meio do adequado comportamento e ação individual.

Ausência de monitoramento e resposta incidentes de segurança cibernética

Recomendações

Recomendamos que seja implementado um processo de gestão de incidentes com o objetivo de detectar e relatar tráfego e acesso não usual para a equipe responsável pela resposta à incidentes, e que seja realizado a avaliação e resposta a desses eventos ou ameaças.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- (i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Com o objetivo de garantir a conformidade da empresa com normas internas e leis estabelecidas, bem como estabelecer princípios de integridade a serem seguidos por todos os colaboradores, implementamos o Programa de Integridade, fundamentado no nosso Código de Ética e Conduta.

Nosso Código de Ética e Conduta está em vigor e se aplica a todos os envolvidos. Essa política foi desenvolvida para servir como um guia prático de conduta pessoal e profissional, abordando de forma geral os valores e princípios que orientam nossa empresa.

Do ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar a ocorrência de fraudes contábeis e financeiras, que podem ter um impacto significativo em nossos resultados. Sob uma perspectiva social, buscamos educar toda a comunidade sobre as melhores práticas e comportamentos éticos, além de orientar nossos colaboradores sobre a importância de condutas transparentes, que influenciam diretamente o clima organizacional.

No que diz respeito aos principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados, todos estão descritos no Código de Conduta e Ética, assim como na política de gerenciamento de riscos em vigor em nossa empresa. Além disso, temos a gestão de Compliance, responsável por implementar mecanismos e procedimentos para prevenir, detectar e corrigir quaisquer irregularidades ocorridas na atuação da empresa, abrangendo todos os departamentos, a diretoria e a alta administração.

Esses mecanismos têm o objetivo de garantir transparência e padrões éticos na empresa, disseminando essas práticas para todos os colaboradores e partes interessadas envolvidas.

- (ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O setor de Compliance é responsável por monitorar o funcionamento dos mecanismos e controles internos. Em conjunto, o departamento de Recursos Humanos desempenha um papel fundamental ao auxiliar na disseminação dos padrões éticos a serem incorporados em toda a empresa.

A área de Compliance também é responsável por garantir a realização da Auditoria Interna, que atua como uma linha de defesa para supervisionar a gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos. Seu objetivo é prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam resultar em perdas financeiras ou comprometer a produção de relatórios financeiros, visando proteger os interesses dos acionistas e demais partes interessadas.

Todos os órgãos mencionados foram formalmente aprovados.

5.3 Programa de integridade

(iii) **Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Com o intuito de fortalecer os pilares da governança corporativa, como transparência e confidencialidade, a Atom implementou o "Canal de Denúncias". Esse canal está disponível tanto para o público interno quanto externo e pode ser acessado através do link: <https://atompar.com.br/denuncia/>. Ele está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O objetivo do Canal de Denúncias é promover a transparência nas atividades da Atom S.A. e incentivar uma cultura de denúncias, tanto internas quanto externas. Ele proporciona a oportunidade para que qualquer pessoa que tenha algum tipo de relação com a empresa ou esteja ciente de situações inadequadas possa desempenhar o papel de cidadão e também de vigilante da conformidade corporativa.

Quanto à abrangência, o Código de Conduta e Ética se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e funcionários da empresa. Além disso, também se estende a terceiros, como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados. O código também é válido para fornecedores, administradores, colaboradores e parceiros da Atom.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme previsto no Código de Conduta, a aplicação de medidas disciplinares varia de acordo com a natureza e as circunstâncias de cada violação, na forma de:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

Todas as medidas disciplinares, independentemente da natureza ou gravidade, serão avaliadas pelo diretor ou responsável pelo colaborador em conjunto com o time de Recursos Humanos para, em momento posterior.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão mais recente e atualizada do Código de Conduta e Ética foi aprovada pela diretoria em novembro de 2022. Esse documento está disponível para todos os colaboradores por meio do servidor interno da Companhia

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias, até o presente momento é uma ferramenta interna de responsabilidade da gestão de Compliance, que é responsável por zelar de forma célere as apurações das denúncias, devendo esse aspecto ser considerado como medida do seu desempenho.

- (ii) **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias está disponível para todos os funcionários, fornecedores, terceiros e prestadores de serviços, permitindo denúncias tanto internas quanto externas. Qualquer comunicação relacionada a possíveis irregularidades e violações do nosso Código de Ética e Conduta, políticas ou procedimentos internos pode ser feita diretamente através do Canal de Denúncias, acessível pelo link <https://atompar.com.br/denuncia/>.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Aqueles que desejam fazer uma denúncia serão protegidos pelo princípio da não retaliação. Além disso, o denunciante tem a opção de fazer a denúncia de forma anônima ou identificada, garantindo assim o sigilo de sua identidade e das informações fornecidas, conforme estabelecido por lei.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Gestão de Compliance é responsável por zelar de forma célere as apurações das denúncias. Após constatada a veracidade do relato com base na compreensão dos fatos e das fragilidades processuais que levaram à ocorrência, são estabelecidas, em colaboração entre as áreas de Compliance, Recursos Humanos e Jurídico, medidas administrativas ou disciplinares aplicáveis aos indivíduos envolvidos, juntamente com a implementação de ações necessárias para evitar a repetição desses incidentes.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Durante os últimos três anos, no exercício social, não foram registrados casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia tem um Código de Conduta e Ética que abrange todos os membros de nossa equipe, incluindo administradores, prestadores de serviços, consultores, fornecedores e parceiros comerciais da empresa. Esse código estabelece as diretrizes, procedimentos e comportamentos esperados em todas as relações, tanto internas quanto externas. A existência desse Código de Conduta e Ética, juntamente com os procedimentos mencionados anteriormente, evidencia nossa política e abordagem para prevenir, detectar e corrigir fraudes e atividades ilícitas. Portanto, esse item não é aplicável uma vez que a Companhia, adota medidas e regras voltadas para a mitigação de riscos.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A companhia vem aperfeiçoando constantemente os setores de controladoria, jurídica e compliance com a finalidade de estruturar e fortalecer o que tange a mitigação de riscos na Companhia, buscando constantemente melhorias nos procedimentos internos.

Melhoria nos processos internos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020, foi aprovada a implantação de um departamento de Controladoria visando melhoria de procedimentos internos da Companhia. A área ficará responsável por revisar e implementar melhorias nos controles internos da área administrativa, financeira, contábil, revisão de todos os contratos, manuais e políticas internas para uma maior segurança jurídica nos negócios da Companhia e nos procedimentos internos, além da reestruturação do departamento de relacionamento com investidores, com revisão da estrutura e de procedimentos, com foco na melhoria contínua na transparência das divulgações de informações, a fim de estabelecer segurança e confiança na relação da Companhia com o mercado em geral e, especialmente, com os investidores.

Atualização de manuais

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2020, foi aprovada a reformulação do Manual de Política de Divulgação e de Negociação de Valores Mobiliários, que será individualizado em Manual de Política de Divulgação de Fatos Relevantes e Manual de Política de Negociação com Valores Mobiliários e Plano de Investimento, bem como da aprovação dos manuais de Política de Gerenciamento de Riscos e de Transações entre partes relacionadas, que se inserem no âmbito das melhorias das práticas de governança corporativa da Companhia.

Com isso, a Companhia implanta uma área de compliance e controles internos responsável pela gestão de riscos da Companhia. Nossos processos de compliance e gestão de riscos são baseados no modelo de 3 linhas de defesa e o monitoramento realizado através da metodologia “baseada em risco”, conforme definido em política interna.

Auditoria Externa

Por fim, em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2023 também foi aprovada a contratação da empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S. para a prestação de serviços de auditoria independente à Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2023, avaliado como uma medida importante nesta reestruturação de controles internos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EXAME. LTDA.						
34.906.443/0001-68	Brasil	Sim	Sim	30/03/2021		
Não						
8.280.420	34,785	0	0,000	8.280.420	34,785	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JP TUCHE ASSET MANAGEMENT ADM DE CARTEIRAS LTDA						
17.169.050/0001-08	Brasil	Não	Não	13/06/2022		
Não						
1.261.860	5,301	0	0,000	1.261.860	5,301	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
WHPH PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A						
19.821.268/0001-12	Brasil	Sim	Sim	30/03/2021		
Não						
8.280.420	34,785	0	0,000	8.280.420	34,785	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
324.100	1,361	0	0,000	324.100	1,361	
OUTROS						
5.658.098	23,769	0	0,000	5.658.098	23,769	
TOTAL						
23.804.898	100,000	0	0,000	23.804.898	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EXAME. LTDA.				34.906.443/0001-68		
BTG Pactual Holding S.A.						
10.923.227/0001-62	Brasil	Não	Sim	28/01/2021		
Não						
168.000.000	100,000	0	0,000	168.000.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
168.000.000	100,000	0	0,000	168.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WHPH PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A				19.821.268/0001-12		
ANA CAROLINA PAIFER						
372.241.708-28	Brasil	Não	Sim	12/07/2018		
Não						
999.999	100,000	0	0,000	999.999	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANILO RODRIGO CISOTTO						
351.545.288-59	Brasil	Não	Não	12/07/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WHPH PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A				19.821.268/0001-12		
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	5.316
Quantidade acionistas pessoa jurídica	27
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	5.440.635	22,855%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	5.440.635	22,855%

Classe de Ação

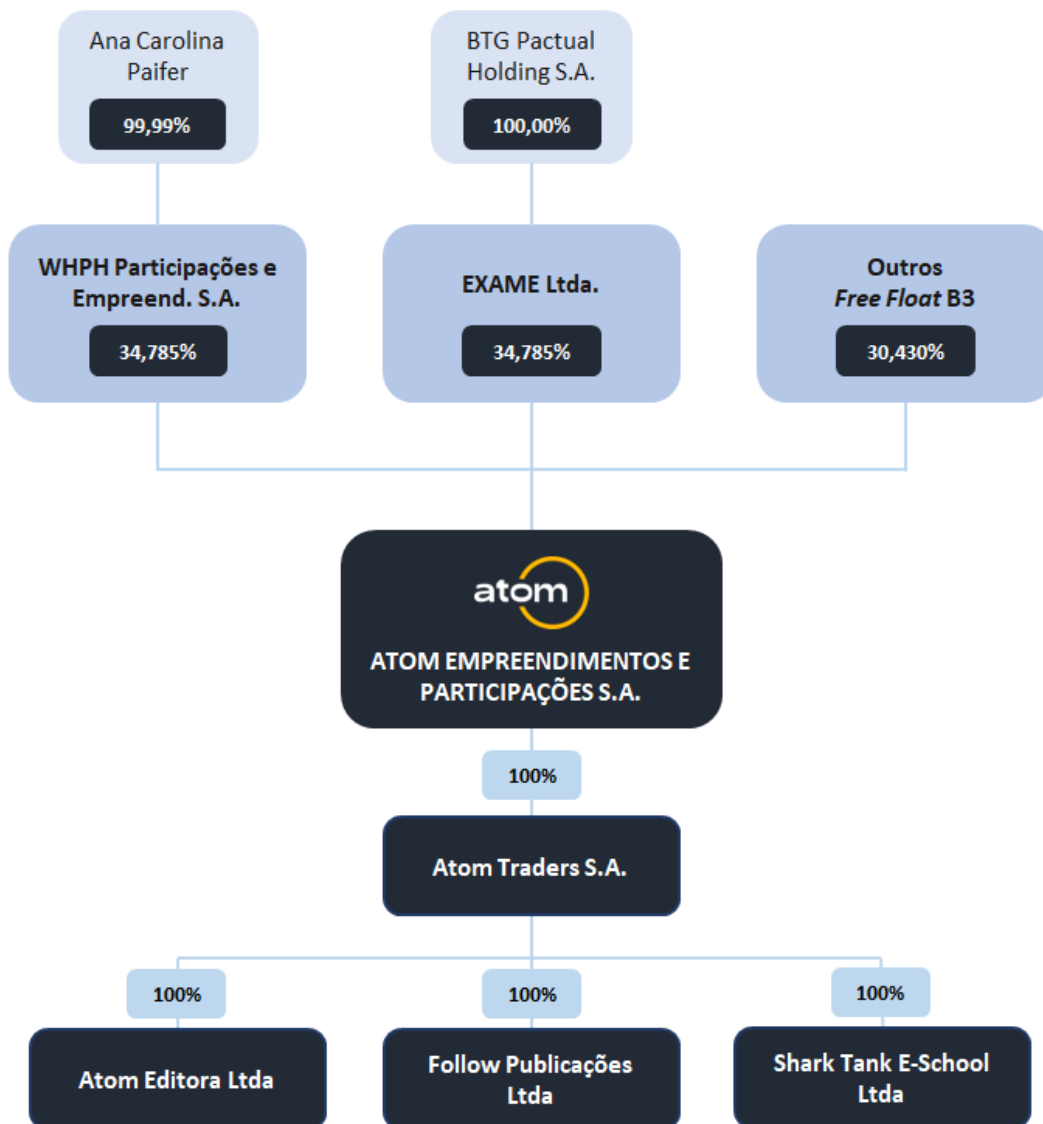
Ordinária Classe A	0	0,000000%
---------------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Atom Traders Publicações S.A.	23.994.857/0001-70	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando: **a.** todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; **b.** principais controladas e coligadas do emissor; **c.** participações do emissor em sociedades do grupo; **d.** participações de sociedades do grupo no emissor; **e.** principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A companhia não possui uma política de indicação aprovada. A Administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, observadas as regras contidas em Acordo de Acionistas firmado entre os acionistas controladores e o Estatuto Social da Companhia.

Para o Conselho de Administração, conforme o número de vagas que o bloco de controle formado pelos acionistas controladores tiver o direito de indicar na eleição do Conselho de Administração, cada um dos Acionistas terá direito a indicar igual número de membros efetivos e seus respectivos suplentes. O Presidente do Conselho de Administração da Companhia será indicado, de comum acordo, pelas acionistas controladores.

A administração da Companhia deverá ser exercida por profissionais experientes e capacitados, comprometendo-se os Acionistas a sempre indicar profissionais qualificados e de reputação ilibada, para ocupar os cargos da administração da Companhia, bem como a assegurar que os membros da administração por eles indicados cumpram integralmente com todos os dispositivos deste Acordo e todos os outros dispositivos legais aplicáveis.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Não aplicável, dado que a companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho dos órgãos da administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não possui.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Embora a Administração entenda que sua operação não tenha itens críticos ao meio ambiente, a Companhia adota medidas para evitar prejuízo ao meio ambiente, e busca sempre conscientizar o time para a responsabilidade na utilização adequada de insumos, energia elétrica, entre outros.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	3	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 - Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia não possui Comitês instalados.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com relação à auditoria independente, o Conselho de Administração, além de possuir as atribuições de indicar e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas, acompanha os trabalhos da auditoria independente, bem como tem a função de realizar aprovação do Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, bem como do Relatório dos Auditores Independentes de cada exercício social.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Até a presente data a Companhia não possui nenhum canal para questões relacionadas a práticas ASG devidamente constituído.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ANA CAROLINA PAIFER **CPF:** 372.241.708-28 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 30/11/1987

Experiência Profissional: Graduada em Administração de Empresas pela FACAMP. Fundou o Grupo Atom em 2015, e atua como Presidente do Conselho de Administração e Diretora Presidente. Também atua como CMO da Atom S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até AGO de aprovação de contas de 31.12.2025	Presidente do Conselho de Administração	Diretor Presidente.	24/04/2023	Não	25/09/2015
Diretoria	02/12/2020	ATÉ AGO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DE 31.12.2022	Diretor Presidente / Superintendente	Membro do Conselho de Administração.	02/12/2020	Não	01/01/2015

Nome DANILO RODRIGO CISOTTO **CPF:** 351.545.288-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 20/05/1986

Experiência Profissional: Atua no Grupo Atom desde sua fundação, em 2015. Graduado Bacharel em Administração de Empresas pela ESAMC – Sorocaba, atua na área financeira desde 2004, com experiência na área de controladoria em uma das maiores corretoras do país, e implantação de controles em empresas de gestão de recursos. Além da Diretoria de Relações com Investidores desde 2021, atua também como Consultor das outras Companhias do grupo Atom, envolvendo as áreas de controladoria, auditoria interna, compliance, jurídico.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/11/2021	ATÉ AGO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DE 31.12.2022	Diretor de Relações com Investidores	Não possui outros cargos/funções.	12/11/2021	Não	25/09/2015

Nome LUCAS SANTANA MOURA **CPF:** 055.709.245-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 02/10/1994

Experiência Profissional: Doutorando em Engenharia Mecânica, iniciou a carreira em consultoria na Heartman House em 2019. Hoje é gerente de projetos, atuando em projetos de planejamento estratégico, carve-out e reestruturação em vários setores, como varejo (têxtil e geral), financeiro e tecnologia. Junto com suas atividades de consultoria é empresário.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até AGO de aprovação de contas de 31.12.2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	N/A	24/04/2023	Não	24/04/2023

Nome Pedro Henrique Valente **CPF:** 096.968.057-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 15/12/1982

Experiência Profissional: Membro da diretoria da Exame Ltda desde janeiro de 2020. eu cargo anterior foi diretor da operação de agricultura da Engelhart Commodities Trading Partners Group S.A..

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até AGO de aprovação de contas de 31.12.2025	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	24/04/2023	Não	29/10/2021

Nome Renato Jenne Mimica **CPF:** 338.813.528-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/02/1985

Experiência Profissional: Membro da diretoria da Exame Ltda desde janeiro de 2020. Sócio do Bacno BTG Pactual S.A., onde ao longo dos últimos 10 anos também passou pelas áreas de Research (análise de ações) e liderança da equipe de analistas de investimentos do BTG Pactual Digital.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até AGO de aprovação de contas de 31.12.2025	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	24/04/2023	Não	29/10/2021

Nome Victor Gatti Martins **CPF:** 415.976.298-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 29/11/1995

Experiência Profissional: O Sr. Victor possui bacharelado em Economia pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa e pela University of Groningen. Com relação às suas principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, desde fevereiro de 2020, atua como Associate Director do BTG Pactual, do setor financeiro e, ainda, desde setembro de 2021, como Chief Operational Officer da Exame, do setor de mídia de áudio e vídeo on-line, e, desde maio de 2022, como Chief Financial Officer & Chief Operational Officer da mesma sociedade. Essas empresas integram o mesmo grupo econômico da Companhia, porém não são controladas por acionista da Companhia com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% do total de ações de emissão da Companhia.

O Sr. Victor declara que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o Sr. Victor não é pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável, e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Victor possui reputação ilibada, e (i) não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e (ii) não tem nem representa interesse conflitante com a Companhia, nos termos dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e do Anexo K da Resolução CVM 80.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/09/2022	ATÉ AGO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DE 31.12.2022	Outros Diretores	Não possui outros cargos/funções.	15/09/2022	Não	

Nome ZILLA PATRICIA BENDIT **CPF:** 033.495.838-57 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Professora e Assessora de Desenvolvimento Institucional **Data de Nascimento:** 27/08/1956

Experiência Profissional: É Professora da Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração do Estado de São Paulo desde 1987, da FACAMP – Faculdade de Campinas desde 1999 e da Fundação Getúlio Vargas desde 2000, onde atua também como Principal Assessora de Desenvolvimento Institucional (ASDI). Zila é Mestre pela FGV EAESP (1984) e Doutora pela FGV EAESP (2001).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2023	Até AGO de aprovação de contas de 31.12.2025	Conselho de Administração (Efetivo)	N/A	24/04/2023	Não	25/09/2015

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não houve instalação de Comitês pela Companhia.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ANA CAROLINA PAIFER	372.241.708-28	ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	00.359.742/0001-08	
DIRETOR PRESIDENTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
JOSÉ JOAQUIM PAIFER	346.321.028-22	Atom Traders Publicações S.A.	23.994.857/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
DIRETOR PRESIDENTE	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia não obtém apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Além disso, não contrata seguro de responsabilidade civil (D&O insurance) para membros da Diretoria e Conselho de Administração, assim como para administradores de suas controladas.

O estatuto social da Companhia permite a celebração de contratos de indenidade com membros da administração.

Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá adicionalmente decidir os casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades, de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia ou de suas sociedades controladas.

Não são passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia as despesas e valores decorrentes de: (a) atos praticados pelos Beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (b) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva Entidade; (c) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva Entidade; e (d) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2015, foi aprovado o modelo de remuneração da Administração, contemplando:

- Que os membros da administração não receberão remuneração fixa, fixando um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) para cada membro da administração por mês.
- A única forma de ganho dos administradores com a Companhia deverá ser por meio dos seus investimentos pessoais na compra de ações da Companhia no mercado secundário, sendo assim, seus ganhos serão oriundos da valorização da Companhia e eventuais dividendos que venha a distribuir.
- Os administradores da Companhia estarão alinhados aos interesses dos acionistas, por estes serem nomeados por seus acionistas.
- Nenhum membro da administração terá privilégio para compra de participações, devendo eles adquirirem nas mesmas condições dos demais acionistas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria.

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica à companhia, pois não há indicadores de desempenho realizados bem como não há remuneração aos membros da Administração.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica à companhia, pois não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 - Outorga de opções de compra de ações realizadas e previstas do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir planos de outorga de opções de compra de ações

8.7 Opções em aberto

8.7 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir planos de opções.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir outorga de ações realizadas nos últimos 3 exercícios sociais.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações e opções.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data na data de encerramento do último exercício social – 31.12.2022:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração*	541.565	2,275%
Diretoria	0	0,00%

* As ações detidas por membros do Conselho de Administração que também ocupam cargo na Diretoria Estatutária foram contabilizadas neste campo.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item não aplicável, considerando que não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1,01	0,00	0,00	1,01	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	0,01	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Não há remuneração fixa.	
31/12/2021	Não há remuneração fixa.	
31/12/2020	Não há remuneração fixa.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Não há remuneração fixa.	
31/12/2021	Não há remuneração fixa.	
31/12/2020	Não há remuneração fixa.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável, pois não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, ou então 0% (zero por cento), pois os membros da administração da Companhia não recebem remuneração.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que não houve reconhecimento no resultado da Companhia como remuneração aos membros da administração por desempenho de outras funções.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e/ou controladas da Companhia em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 08.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.	Juridica	61.562.112/0008-05	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
24/03/2022	24/03/2022		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Exame do balanço patrimonial da ATOM em 31 de dezembro de 2022 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, do exercício a findar nessa data, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como o balanço patrimonial consolidado da Atom e empresas controladas em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício a findar nessa data, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O exame será conduzido com o objetivo de expressar a opinião sobre as demonstrações financeiras. Em conjunto com a auditoria anual, será realizada a revisão das informações contábeis trimestrais da ATOM dos períodos a findar em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022. Revisão realizada de acordo com normas CFC e IAASB.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração pelos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 155.000,00/ano.			
Justificativa da substituição			
A substituição da empresa de auditoria independente da Companhia foi realizada em cumprimento ao item 4.17 do Acordo de Acionistas realizado entre EXAME LTDA. e WHPH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. em 30 de março de 2021.			
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.	Juridica	61.366.936/0008-00	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
23/03/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Prestação de serviços de auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia dos períodos a findar-se em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração pelos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 112.000,00/ano líquido de impostos.			
Justificativa da substituição			
A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por término do contrato de prestação de serviços entre as partes. A substituição da empresa de auditoria decorre de decisão da Administração da Companhia, não tendo sido causada por qualquer discordância de opinião em relação à empresa de auditoria que ora é substituída.			

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
N/A

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, uma vez que não houve contratação dos auditores independentes pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras informações relevantes - Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além daquelas prestadas nos itens anteriores nesta seção 09.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	3	1	0	0	0
Não-liderança	16	3	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	4	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	19	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	0	23	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	2	0
Não-liderança	17	2	0
TOTAL = 23	19	4	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	4	0	0
Não-liderança	0	0	0	19	0	0
TOTAL = 23	0	0	0	23	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	19	4	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	23	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 23	0	23	0	0	0	0	0
-------------------	----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	19	4	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrever os recursos humanos da Companhia

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranja

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía colaboradores na vinculados e/ou registrados através da Emissora - ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

A operação da Companhia é realizada através de sua controlada direta ATOM TRADERS PUBLICAÇÕES S.A., a qual possuía o total de 23 (vinte e três) colaboradores alocados em 31 de dezembro de 2022.

Estado	Atividade	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
SP	Administrativo	3	3	7
	Atendimento	4	4	9
	Marketing	1	2	6
	Serviços Gerais	1	1	1
Total		9	10	23

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía prestadores de serviços terceirizados vinculados através da Emissora - ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

A operação da Companhia é realizada através de sua controlada direta ATOM TRADERS PUBLICAÇÕES S.A., a qual possuía o total de 31 (trinta e um) prestadores terceirizados alocados em 31 de dezembro de 2022.

Estado	Atividade	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
SP	Administrativo	1	2	0
	Atendimento	2	2	0
	Comercial	1	0	0
	Consultoria	1	1	3
	Educacional	5	2	4
	Marketing - Produção	12	21	15
	Marketing - Performance	1	2	5
	Parceria	5	3	0
	Equipe vendas	17	14	3
	Serviços Gerais	3	7	1
Software/Ferramentas		3	5	0
Total		51	59	31

c. índice de rotatividade

Não aplicável pois até o momento a Companhia não realiza essa estimativa.

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

No exercício de 2022 foi implementado o setor de Recursos Humanos. A partir de junho de 2022, foram realizadas ações de endomarketing com uma consultoria de RH terceirizada em conjunto com o setor de RH da empresa.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento não preenchido.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia e suas controladas não possuem política de remuneração formalizada, porém adota uma prática salarial alinhada à sua estrutura organizacional e coerente com as práticas de remuneração adotadas pelos demais integrantes do setor em que está inserida.

b. política de benefícios

A Companhia e suas controladas adotam uma prática de benefícios que acredita estar alinhada com as práticas de mercado. A Companhia concede aos seus colaboradores os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho celebrados com o sindicato da categoria, tais como, vale refeição, vale transporte, auxílio-creche, e um percentual de auxílio no plano de saúde.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações destinado a seus colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos últimos 3 exercícios sociais

A Companhia a partir de 11/2022 mantém relação com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

Em suas controladas todos os colaboradores são respaldados pela convenção coletiva de trabalho vigente o que garantem direitos, além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não foram reportadas greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações relevantes sobre a área de Recursos Humanos da Companhia nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia, visando mitigar situações de conflitos e fundamentando-se nos princípios da transparência e comutatividade, aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17/07/2020 a Política de Transação de Partes Relacionadas que deverá ser integralmente cumprida por seus administradores, acionistas controladores, conselheiros fiscais, membros integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, empresas pertencentes ao Grupo ATOM e demais partes relacionadas.

Anualmente, as pessoas acima descritas ou aquelas que tenham uma influência significativa deverão preencher um questionário sobre as partes a ela relacionadas e quaisquer transação entre elas e a Companhia.

Caberá à área de Compliance realizar o controle das informações coletadas, bem como analisar as operações a serem realizadas, certificando-se não se tratar de uma Transação com parte Relacionada.

Somente o Conselho de administração, com o parecer do departamento de Compliance poderá aprovar uma transação com parte relacionada desde que conclua que de boa-fé, que a transação é equitativa e no interesse da Companhia, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação ocorra de maneira equitativa e no interesse da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração considerar principalmente:

(a) Se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a Parte Relacionada;(b) Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia;(c) Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;(d) Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;(e) A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação;(f) A extensão do interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

Caso a pessoa envolvida no processo de aprovação tenha potencial benefício particular ou conflito de interesses deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação, bem como expondo motivos e dirimindo eventuais dúvidas. O impedimento de qualquer pessoa deverá constar na ata da reunião e a pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações sobre o tema.

A Transação com Partes relacionada deverá ser celebrada por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Bem como, divulgadas pela Companhia, com detalhes suficientes para a identificação da parte relacionada e de todas as condições essenciais relativas à transação.

Caso haja descumprimento, as pessoas vinculadas se sujeitarão a medidas corretivas e/ou disciplinares sancionatórias, de acordo com as normas internas da companhia.

11.1 Regras, políticas e práticas

A presente política Política de Transação de Partes Relacionadas aprovada em 17.07.2020 pode ser encontrada e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<https://atomp.com.br/>).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	30/03/2021	0,00	0	0	5 anos	0.000000
Relação com o emissor	O BTG Pactual é controlador da EXAME Ltda. ("EXAME"), e esta, controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Realização de Contrato de Prestação de Serviços que tem como objeto a prestação da ATOM ao BTG Pactual, de serviços de campanha de marketing e publicidade.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Em caso de descumprimentos contratuais.					
Natureza e razão para a operação	A administração da Companhia considera que o Contrato irá aumentar e diversificar suas fontes de receita por meio da parceria com o BTG Pactual, um dos principais conglomerados financeiros do país.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EXAME. LTDA.	30/03/2021	0,00	0	0	5 ANOS	0.000000
Relação com o emissor	A EXAME é controladora da Companhia					
Objeto contrato	Realização de Contrato de Parceria e Serviços de Publicidade entre a ATOM e a EXAME, com objetivo de parceria estratégica para divulgação, promoção e veiculação dos produtos entre as partes.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Em caso de descumprimento de regras estipuladas em contrato.					
Natureza e razão para a operação	A administração da Companhia considera que o Contrato irá avançar em seus objetivos de consolidação como uma instituição "top of mind" no Brasil em termos de cursos, publicações e materiais didáticos voltados para quem deseja investir no mercado financeiro; e fortalecer sua marca, agora com o suporte da Exame, um dos mais renomados veículos brasileiros especializados em matérias financeiras e de negócios.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2. Informações sobre as transações com partes relacionadas**

a. nome da parte relacionada	EXAME. LTDA.
b. relação com o emissor	A EXAME é controladora da Companhia.
c. data da transação	30/03/2021
d. objeto do contrato	Realização de Contrato de Parceria e Serviços de Publicidade entre a ATOM e a EXAME, com objetivo de parceria estratégica para divulgação, promoção e veiculação dos produtos entre as partes.
e. se o emissor é credor ou devedor	Parceria
f. montante envolvido no negócio	R\$ 0
g. saldo existente	R\$ 0
h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	R\$ 0
i. garantias e seguros relacionados	N/A
j. duração	5 anos
k. condições de rescisão ou extinção	Em caso de descumprimento de regras estipuladas em contrato.
l. natureza e razões para a operação	A administração da Companhia considera que o Contrato irá avançar em seus objetivos de consolidação como uma instituição “top of mind” no Brasil em termos de cursos, publicações e materiais didáticos voltados para quem deseja investir no mercado financeiro; e fortalecer sua marca, agora com o suporte da Exame, um dos mais renomados veículos brasileiros especializados em matérias financeiras e de negócios.
m. taxa de juros cobrada, se aplicável	N/A
n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente do Contrato ou de qualquer modo a ele relacionado, será resolvida por arbitragem administrada pela Câmara de Arbitragem Empresarial.
o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A administração considera que este é celebrado em condições comutativas e prevê pagamento compensatório adequado pelos serviços realizados, compatível com o mercado, sendo resultado de efetivas negociações havidas entre as partes.

a. nome da parte relacionada	BANCO BTG PACTUAL S.A.
b. relação com o emissor	O BTG Pactual é controlador da EXAME Ltda. (“EXAME”), e esta, controladora da Companhia.
c. data da transação	30/03/2021

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

d. objeto do contrato	Realização de Contrato de Prestação de Serviços que tem como objeto a prestação da ATOM ao BTG Pactual, de serviços de campanha de marketing e publicidade.
e. se o emissor é credor ou devedor	Parceria
f. montante envolvido no negócio	R\$ 0
g. saldo existente	R\$ 0
h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	R\$ 0
i. garantias e seguros relacionados	N/A
j. duração	5 anos
k. condições de rescisão ou extinção	Em caso de descumprimentos contratuais.
l. natureza e razões para a operação	A administração da Companhia considera que o Contrato irá aumentar e diversificar suas fontes de receita por meio da parceria com o BTG Pactual, um dos principais conglomerados financeiros do país.
m. taxa de juros cobrada, se aplicável	N/A
n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente do Contrato ou de qualquer modo a ele relacionado, será resolvida por arbitragem administrada pela Câmara de Arbitragem Empresarial.
o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A administração considera que este é celebrado em condições comutativas e prevê pagamento compensatório adequado pelos serviços realizados, compatível com o mercado, sendo resultado de efetivas negociações havidas entre as partes.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes – Transações com Partes Relacionadas

Não há informações relevantes a serem fornecidas para este item nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
29/04/2021		13.914.270,83
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
23.804.898	0	23.804.898
Capital social por classe de ações ordinárias		
Classe de ação ordinária	Quantidade de ações	
Ordinária Classe A	23.804.898	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia - ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. são negociadas na B3 (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) - sob o código "ATOM3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois os valores mobiliários emitidos pela Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica, pois a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes – Valores mobiliários

Item não aplicável, uma vez que não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens dessa Seção 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
ANA CAROLINA PAIFER	Diretor Presidente
DANILO RODRIGO CISOTTO	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO**

Ana Carolina Paifer, na qualidade de Diretora Presidente da ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), declara para os fins do disposto no item 13.1 do Anexo C da Instrução CVM nº 80/22, que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Ana Carolina Paifer
Diretora Presidente

ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO**

Danilo Rodrigo Cisotto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), declara para os fins do disposto no item 13.1 do Anexo C da Instrução CVM nº 80/22, que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Danilo Rodrigo Cisotto
Diretor de Relações com Investidores
ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.